

MARGARETE HIRDES ANTUNES

**A CONTRIBUIÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA POLÍTICA DA
EDUCAÇÃO – UM ESTUDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PELOTAS -
RS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, para obtenção do Título de Mestre, linha de Pesquisa: Política Social, Processos Participativos e Cidadania Social.

Orientador(a) Profa. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira

Pelotas

2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

MARGARETE HIRDES ANTUNES

**A CONTRIBUIÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA POLÍTICA DA
EDUCAÇÃO – UM ESTUDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PELOTAS -
RS**

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a VERA MARIA RIBEIRO NOGUEIRA - UCPEL

Prof.^a Dr.^a SILVANA MARIA GRITT I - UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a HELENARA SILVEIRA FAGUNDES - UCPEL

Pelotas, 18 de novembro de 2009.

AGRADECIMENTOS

A um ser supremo e superior que me ampara, me abastece, me move internamente, me conduz por caminhos que muitas vezes me desvio e me dá a força necessária para lutar por dignidade;

Aos meus amores, Elton, Matheus e Manuela que permitem e suportam as metamorfoses, ao pai e a mãe maravilhosos, a minha família que autorizou minhas ausências e entendeu a minha negação ao prazer nos anos de maior demanda acadêmica.

Aos meus amigos, as minhas escolas, aos colegas, aos meus alunos, aos componentes dos projetos, à minha querida Orientadora Prof.^a Vera.

Ao Núcleo do CPERS Pelotas

Ao NOEPEL.

Muito Obrigada pelo carinho.

“Sem uma educação que nos ajude a convivermos com os limites e as ambigüidades da condição humana, como a morte e a vida, a dor e o prazer, sofrimentos e alegria, medos e coragens, egoísmos e formas de solidariedade, necessidades e desejos, etc, teremos muita dificuldade em percebermos com empatia e compaixão, os sofrimentos dos excluídos pela sociedade. E, para isso, é também importante que no processo da educação se reconheça que as teorias e ciências que se ensinam são sempre provisórias e parciais”.

Hugo Assmann e Jung Mo Sung

*“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem;
lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”*

Boaventura de Souza Santos

*[“...] mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto;
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram
terminadas, mas que elas vão sempre mudando.
Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.”*

João Guimarães Rosa

RESUMO

O estudo evidencia as concepções de Educação contidas na prática profissional dos Orientadores (as) Educacionais - OE nas Escolas da Rede Pública Municipal de Pelotas/RS, resgata algumas das ações profissionais por eles (as) desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem para reconhecimento das contribuições destes trabalhadores em Educação e apresenta as características dos Pedagogos (as) com Habilitação em Orientação Educacional que atuam nas escolas da rede pública municipal de Pelotas em 2008/2009. A metodologia para coleta de informações constou de uma abordagem qualitativa, através de dois instrumentos de coleta de dados: um questionário com perguntas fechadas e abertas e grupo focal. Os 23 sujeitos da pesquisa foram os Orientadores (as) Educacionais da Rede Pública Municipal, sendo que a rede municipal de ensino conta com 90 escolas. A análise dos dados revelou que os O.E que participaram da pesquisa são mulheres com idades entre 23 a 64 anos, atuam na zona rural e urbana, Pedagogas com Habilitação em Orientação Educacional, 77% conquistaram estudos de Pós Graduação em nível de especialização recentemente e o tempo que atuam varia de 25 anos a 2 meses, 90% dos O.E trabalham no mínimo 40h semanais e também agregam ao seu trabalho o atendimento de 20h na rede estadual. Na rede pública municipal trabalham com a educação infantil e no ensino fundamental com as séries iniciais, finais, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio, atuando nos três turnos. A maioria atende no mínimo duas escolas e um Orientador Educacional atende escolas que possuem de 297 a 3000 alunos. Os sujeitos pesquisados em sua maioria entendem a Educação como um dos processos de preparo para a vida capaz de transformar a sociedade e a escola como espaço de aprendizagens, de convivência, de criação e inclusão social. Dentre as inúmeras atribuições peculiares à função foram citadas: planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas, bem como, execução de projetos e atuação junto à equipe diretiva. A relação dos Orientadores Educacionais com a Comunidade escolar onde trabalham é muito boa e boa, e as ações que proporcionam mais prazer aos Orientadores são aquelas que evidenciam que a intervenção do profissional resultou em resolução das dificuldades enfrentadas na escola. Sugerem para melhorar o trabalho, investimentos do poder público municipal no fortalecimento da rede de proteção social às crianças, adolescentes e adultos que buscam a escola, a designação de apenas uma escola para o Orientador Educacional, redução da jornada de trabalho, qualificação profissional permanente, aumento do número de profissionais na rede e sistematização das reuniões com os Orientadores da Rede Municipal. Com relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, entendem a maioria dos profissionais da Orientação Educacional, participantes da pesquisa que o documento suscita reflexão, constante implementação e tem refletido o desejo dos educadores em desvendar constantemente a realidade que circunda as comunidades onde atuam.

Palavras-chave: Educação, Política Pública, Escolas, Orientador Educacional, trabalho.

ABSTRACT

The study showed up the conceptions of Education contained in the professional practice of the Education Advisors in the schools of the municipal public net of Pelotas/RS and it rescues some of the professional actions developed for them in the teach-learning process for recognition of the contributions of these workers in education and presents the characteristics of the pedagogues with qualification in educational guidance that act in the schools of the municipal public net of Pelotas in 2008/2009. The methodology to collect informations had consist from the qualitative broach using two instruments for data collection: a questionnaire with closed and open questions and focus group. The research were the Education Advisors of the municipal public net being that in it has 90 schools. Data analysis revealed that the E.A. that had participated of the research are women with ages between 23 to 64 years old working in the country and urbane zone, women pedagogues with qualification in educational guidance, 77% had conquered studies of graduation recently and the time what they work varies from 25 years to 2 months 90% of the E.A. work at least 40h per week and also they add its work the attendance of 20h in the state net. In the municipal public net they work with early childhood education and in basic education with the initial, final series adult and youth education and secondary education working in the three turns. Most of them take care at least two schools and an Education Advisor attends schools that have 297 to 3000 students. The subjects investigated in the most understand the education as a process of preparation for life able to change the society and the school as a space of learning, sociability, production and social inclusion. Among many peculiar tasks to the function had been cited: planning, attendance and analysis of the pedagogical actions as well execution of projects and activities with the directive team. The relation of the Education Advisors with the school community where they work is very good and the actions that provide more pleasure to the advisors are those that show up that the intervention of the professional had resulted in resolution of the trouble faced in the school, they suggest to improve the work investments of the municipal authorities in the strengthening of social protection for children, adolescents and adults who go to the school, the assignment of only a school for the Education Advisor, reduction of day's work, permanent professional qualification increase of the number of workers in the educational net and systematization of the meetings with the advisors of the municipal public net. With regard to the pedagogical political project of the school, understand most of the professional of educational guidance the research participants that the document causes reflection, continuous implementation and has reflected the desire of the educators to constantly uncover the reality that surrounds the communities were they act.

Key words: Education, Public Politics, Schools, Education Advisor and Work.

LISTA DE SIGLAS

AOERGS	Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul
AOESC	Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina
ASFOE	Associação Fluminense dos Orientadores Educacionais
APASE	Associação Paulista dos Supervisores de Ensino
CAVG	Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
CEE	Conselho Estadual de Educação
DPE	Departamento de Políticas Educacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul - rio-grandense
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NOEPEL	Núcleo dos Orientadores Educacionais de Pelotas
OE	Orientadores Educacionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMAF	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escolas da rede pública municipal de Pelotas	53
Quadro 2: Matrículas na rede municipal de ensino em Pelotas (2009)	53
Quadro 3: Faixa Etária das O.E	59
Quadro 4: Formação Acadêmica.....	59
Quadro 5: N.ºde O.E e Carga Horária respectiva, nas Redes Municipal, Estadual e Particular.	60
Quadro 6: Etapa, turnos, n.ºde escolas, bairros e n.ºde alunos atendidos.....	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Centro (Zona Sul).....	38
Figura 2: Centro, Simões Lopes, Porto.	39
Figura 3: Fragata (Zona Oeste).....	40
Figura 4: Areal (Zona Leste).....	41
Figura 5: Areal 1 (Zona Leste).....	42
Figura 6: Laranjal (Zona Leste)	43
Figura 7: Três Vendas (Zona Norte).....	44
Figura 8: Três Vendas - Santa Terezinha (Zona Norte)	45
Figura 9: Três Vendas - Sítio Floresta (Zona Norte)	46
Figura 10: Vista da área urbana de Pelotas	47
Figura 11: 2º Distrito (Colônia Z3)	48
Figura 12: 3º distrito- Cerrito Alegre	49
Figura 13: 4º distrito- Triunfo	49
Figura 14: 5º distrito- Cascata	50
Figura 15: 6º distrito- Santa Silvana	50
Figura 16: 7º distrito- Quilombo.....	51
Figura 17: 8º distrito- Rincão da Cruz	51
Figura 18: 9º distrito- Monte Bonito	52
Figura 19: Vista do distrito da Cascata.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A EDUCAÇÃO E A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	20
2.1 EDUCAÇÃO REPRODUTORA E TRANSFORMADORA.....	20
2.2 A HISTÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL	31
2.3 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL HOJE	35
2.4 FUNÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DO ORIENTADOR EDUCACIONAL	35
3 DADOS CONTEXTUAIS.....	38
3.1 DADOS FÍSICOS.....	38
3.2 DADOS EDUCACIONAIS	53
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
4.1 TIPO DA PESQUISA.....	54
4.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	54
4.3 ASPECTOS ÉTICOS	55
4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	55
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	59
5.1 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO	63
5.2 A AÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	67
5.2.1 Com as famílias dos educandos.....	68
5.2.2 Com o Corpo Docente	69
5.2.3 Com o Corpo Discente.....	69
5.2.4 Com a Equipe Diretiva	70
5.3 A COERÊNCIA ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA	70
6 CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS	73
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES	81
APÊNDICE A	82
APÊNDICE B	84
APÊNDICE C	87
APÊNDICE D	88
ANEXOS	89

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, crescem os desafios diante de novas exigências para as políticas sociais. O desregramento demográfico mundial, a globalização da economia e do setor financeiro, o desenvolvimento de uma mundialização cultural atrelada à economia capitalista, as crises ecológicas, o desemprego, as inovações do trinômio comunicação-tecnologia-informatização, as transformações nas relações sociais e pessoais, os conflitos ideológicos são referenciais que caracterizam o relacionamento entre a sociedade e a política pública da educação, no novo milênio.

No mundo globalizado a educação pública tem seguido a mesma tendência de globalização de outras instituições, no que se refere essencialmente à redução da participação do Estado na garantia da educação como direito do cidadão.

Nessa tendência, o Estado como gestor com a função de controle, vem promovendo várias avaliações que demonstram a baixa qualidade do sistema educacional brasileiro, mas estas não trouxeram resultados concretos para mudar a realidade do sistema de ensino, segundo o presidente do INEP¹.

Cada vez mais todos estão convencidos de que a Educação é um bem importante na construção de uma sociedade. Hoje essa demanda é explícita, e exige planejamento institucional por parte do Estado e demais instituições gerenciadoras de processos educacionais.

As Instituições escolares na especificidade do trabalho pedagógico escolar, contam com vários profissionais no interior das escolas, entre eles está o Orientador Educacional, cuja atuação ainda tem sido pouco estudada.

O interesse da pesquisa é o estudo acerca da ação profissional que desenvolve o Pedagogo com Habilitação em Orientação Educacional nas Escolas da rede Municipal de Ensino no Município de Pelotas, identificando qual concepção de Educação está contida na prática profissional do Orientador Educacional, ou seja, sua ação contribui para a manutenção da reprodução ou para a construção de uma educação reflexiva e transformadora, dentro das Instituições Escolares.

A escolha pelo trabalho possui uma relação intrínseca com a atuação da pesquisadora, uma vez que desenvolve o trabalho da Orientação Educacional na

¹ INEP- Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais/MEC.

Rede Municipal de Pelotas há 10 anos, e identifica os maiores investimentos que foram realizados em algumas gestões municipais, entende estes ainda escassos diante da demanda de matrículas na rede pública, do n.º de escolas existentes, do território do município e da qualidade que se vê empreendida pelos poucos profissionais tentando cumprir nas escolas rurais e urbanas, com apaixonamento a profissão e os desafios advindos da sociedade local em função da conexão com expansão do mercado mundial na promoção da teia cruel das desigualdades sociais expostas e visíveis na área da Educação.

Na tentativa de contribuir para que o trabalho dos Orientadores Educacionais seja valorizado, e para que a população menos favorecida economicamente, tenha assegurado acesso, permanência e participação no gerenciamento das suas necessidades educacionais, foi mantida a idéia de concretizar a pesquisa.

Para tal, foi necessário entender a política econômica do neoliberalismo como alternativa para a crise global do capitalismo discutindo a Reforma do Estado e as Políticas Públicas, contidas nas agendas dos Estados Nacionais que recebem influência das nações hegemônicas que orientam a Reforma do Estado para o mercado, propõe a racionalização de investimentos em áreas importantes no combate às desigualdades sociais, e diminuem assim o papel do Estado fortalecendo as ações do setor privado.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no Capítulo II, traz em seu escopo os direitos sociais, e dentre eles, a educação em primeiro lugar, constituindo-se num direito fundamental do ser humano. Representa assim, o oferecimento de condições básicas pelo Estado para o indivíduo efetivamente utilizar as liberdades que o sistema lhe outorga. Nessa esteira, o direito à educação como princípio constitucional, está relacionado à busca dos ideais de igualdade, uma das principais características dos direitos. Os direitos sociais expressam um sentimento de igualdade material que se realiza por meio do reconhecimento estatal dirigido à garantia de padrões mínimos de acesso a bens econômicos, sociais e culturais a quem não conseguiu atingi-los por meios próprios.

Esse direito cada vez menos é oferecido, na maioria das vezes não é requisitado pelos seus usuários. Esse quadro fica evidente, uma vez que as pessoas, não raro, desconhecem seus direitos e não sabem como intervir em uma realidade que não produziram, mas que os maltrata, humilha e reduz.

A escola como um pequeno sistema social, pode ser um espaço de luta pela democracia e pela emancipação dos trabalhadores, buscando garantir condições mais dignas de vida. Em seu interior existem educadores atuando em diversos setores para a consecução desse objetivo. É pertinente lembrar que a Educação é uma das Políticas Sociais mais antigas no Brasil. A literatura evidencia a Escola como um instrumento de transformação social.

Para os educadores com uma concepção mais crítica é importante perceber que todas as fragilidades sociais que os atordoam no trabalho docente, podem sim se transformar, a partir do movimento dialético de constantes questionamentos de quem fomos; quem somos, e quem queremos ser. Para alguns intelectuais é penoso referendar a manutenção da ideologia do mercado, não reconhecendo no educando, nem em suas famílias, nem mesmo a condição de cliente, estão excluídos, assim como os profissionais da educação, tamanha manipulação e descaso, desde as questões de trabalho, passando pela estrutura física, até as pedagógicas.

É coerente então, propor a busca, na medida do possível, pelo ideal da humanidade com os seus direitos básicos garantidos, a busca pela utopia da economia, da política, da educação, da cultura entrelaçada sem sobrepor-se um ao outro, em torno do sujeito ético e solidário, sujeito que tem o direito de estudar Filosofia, Ética, Política, e outras ciências interpretando e reinventando o mundo e o prazer ao viver.

Nessa luta se situam, como um dos atores políticos, os profissionais da Orientação Educacional. A proposta é trabalhar a dimensão social da escola inclusiva, desvelando o contexto social da realidade e, evidentemente, o dos próprios alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. As tensões, os conflitos, contradições, normas, controles e disciplinas estão presentes na escola, logo esta análise precisa ser aprofundada para adequar o funcionamento da escola aos seus princípios. Mas nem todos seguem o mesmo ideal, variando os posicionamentos ideológicos e políticos em função de uma série de determinantes, levando a adoção de posições conservadoras, reiterando a estrutura de exclusão reinante. As práticas desenvolvidas revelam as crenças e a formação dos profissionais da Orientação, nesse sentido, investigou-se a concepção de educação que orienta a prática destes profissionais, tentando entender a dinâmica das relações que envolvem a Instituição Escola.

Discussões, pesquisas, propostas, leituras, seminários, indicam a necessidade constante de avaliação do trabalho dentro da área da Educação.

A avaliação é um tema cada vez mais recomendado para o replanejamento das ações políticas e pedagógicas dentro e fora das escolas, como parte de um processo mais amplo de debate para reverter o quadro do fracasso escolar que se apresenta.

Com a implementação da LDB, estamos vivendo mais um momento de construção de propostas para redefinição do cotidiano escolar, temas como a inclusão escolar, o ensino fundamental de nove anos, a transdisciplinaridade, as identidades sexuais, o progresso tecnológico sugerem um significativo olhar para os sujeitos do ato educativo, em especial para os Orientadores Educacionais, seu trabalho e as concepções que orientam a sua prática.

O objeto de estudo foi escolhido em face de questionamentos realizados nos Seminários da Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul -AOERGS e do Núcleo dos Orientadores Educacionais de Pelotas- NOEPEL, em torno do trabalho do Pedagogo com Habilitação em Orientação Educacional nas Escolas.

Nos encontros e congressos que fazem parte da Agenda dos Orientadores, as questões referentes à definição do papel destes profissionais no espaço escolar, os efeitos de sua atuação e a marginalização dos especialistas do ensino, sempre foi uma preocupação constante.

A importância do trabalho se registra no desvelamento da ação profissional dos Orientadores Educacionais, desenvolvida nas escolas da Rede Municipal de Ensino no município de Pelotas, contribuindo para a ressignificação de suas atribuições e para o reconhecimento dos limites do trabalho pedagógico no sistema capitalista, buscando configurar de fato, as possibilidades do sujeito, como um agente de transformação, levando em consideração as discussões que faz Garcia (1982, p 32-3):

Quando o Orientador Educacional chega à escola, a expectativa é que ele venha para resolver os “problemas”; a diretora lhe fala dos professores “problemáticos”, os professores encaminham os alunos “problemáticos” e, se ele não reage, mostrando qual seria o seu verdadeiro papel, coisa que, em geral, ele não sabe por que a faculdade não lhe ensinou, a escola, cuja função é ensinar, transforma-se numa grande clínica sem clínicos. O Orientador Educacional que atua na Orientação Vocacional, na medida em que lida com o trabalho, numa sociedade de classes, é uma prática

política. E se as duas classes fundamentais têm interesses irreconciliáveis, a orientação vocacional serve a uma ou outra classe, comprometendo-se com os interesses desta classe.

A Orientação Educacional como conceito se reveste, segundo Grispun (2002, p. 15), de três dimensões específicas “aquela determinada pela legislação; a que resultou da prática da própria Orientação, que originou a formulação de um conceito com base na realidade e nas expectativas da comunidade escolar e a que foi construída pelos orientadores que a legitimam”, atualmente, em termos de prática pedagógica, complementa então Grispun: há uma dimensão legalista; funcionalista e realista.

Do ponto de vista legalista, a Orientação Educacional, como profissão, está amparada nas seguintes leis e Decreto:

Lei nº. 5.564 de 21.12.1968, cria a profissão de Orientador Educacional:

Art. 1º A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º A orientação educacional será atribuição exclusiva dos profissionais de que trata a presente Lei.

Art. 3º A formação de orientador educacional obedecerá ao disposto nos arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e aos outros diplomas legais vigentes.

Art. 4º Os diplomas de orientador educacional serão registrados em órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º Constituem atribuições do orientador educacional além do aconselhamento dos alunos e outras que lhe são peculiares, lecionar as disciplinas das áreas da orientação educacional.

Art. 6º As disposições desta Lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo, inclusive para definição do código de ética dos orientadores educacionais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.²

² Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=93623>> Acesso em: 20 ago. 2010.

Decreto nº 72.846 de 26.09.1973, regulamenta a Lei 5564 e trata de suas atribuições:

Art. 1º Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º O exercício da profissão de Orientador Educacional é privativo:

I - Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos.

II - Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

III - Dos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor.

Art. 3º É assegurado ainda o direito de exercer a profissão de Orientador Educacional:

I - Aos formados que tenham ingressado no curso antes da vigência da Lei nº 5.692-71, na forma do art. 63, da Lei nº 4.024-61, em todo o ensino 1º e 2º graus.

II - Aos formados que tenham ingressado no curso antes da vigência da Lei nº 5.692-71 na forma do artigo 64, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, até a 4º série do ensino de 1º grau.

Art. 4º Os profissionais, de que tratam os artigos anteriores, somente poderão exercer a profissão após satisfazerem os seguintes requisitos:

I - Registro dos diplomas ou certificados no Ministério da Educação e Cultura;

II - Registro profissional no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º A Profissão de Orientador Educacional, observadas as condições previstas neste regulamento, se exerce na órbita pública ou privada, por meio de planejamento, coordenação, supervisão, execução, aconselhamento e acompanhamento relativos às atividades de orientação educacional, bem como por meio de estudos, pesquisas, análises, pareceres compreendidos no seu campo profissional.

Art. 6º Os documentos referentes ao campo de ação profissional de que trata o artigo anterior só terão validade quando assinados por Orientador Educacional, devidamente registrado na forma desse regulamento.

Art. 7º É obrigatório a citação do número do registro de Orientador Educacional em todos os documentos que levam sua assinatura.

Art. 8º São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1 - Escola;

2 - Comunidade.

b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional.

- f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.
- g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.
- h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.
- i) Ministrando disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.
- j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.
- l) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional.

Art. 9º Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

- a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;
- b) Participar no processo de caracterização da clientela escolar;
- c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;
- d) Participar na composição caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
- f) Participar do processo de encaminhamento dos alunos estagiários;
- g) Participar no processo de integração escola-família-comunidade;
- h) Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

Art. 10. No preenchimento de cargos públicos, para os quais se faz mister qualificação de Orientador Educacional, requer-se, como condição essencial, que os candidatos hajam satisfeito, previamente, as exigências da Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968 e deste regulamento.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.³

Artigo segundo da lei nº 6.672 de 22.04.1974, lei específica que garante a Orientação Educacional no Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Sistema Estadual de Ensino, o conjunto de Instituições e de Órgãos que, sob a ação normativa do Estado e coordenação da Secretaria de Educação e Cultura, realiza atividades de Educação;

II - Pessoal do Magistério Público Estadual, o conjunto de professores e especialistas de educação que, ocupando cargos ou funções nas Unidades Escolares e nos demais Órgãos do Sistema Estadual de Ensino mantidos pelo Estado, desempenha atividades docentes ou especializadas, com vistas a atingir os objetivos da educação;

III - Professor e membro do Magistério que exerce atividade docente, oportunizando a educação do aluno;

IV - Especialista de Educação o membro do Magistério que, tendo exercido a docência durante, no mínimo, três anos e possuindo a respectiva qualificação, desempenha atividades de administração, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento psicológico aos campos educacional e clínico, inspeção, supervisão e outras similares no campo da educação;

V - Atividade de Magistério a dos Professores, a dos Especialistas de Educação e a diretamente ligada, no plano técnico-psicológico, ao

³ Disponível em:

<<http://www.asfoe.com.br/php/index.php/artigos/51-profissao-de-orientador-educacional-regulamento.html>> Acesso em: 20 ago. 2010.

funcionamento do Sistema Estadual de Ensino e ao aperfeiçoamento da educação.⁴

Lei nº 9394/96-artigo 64, que garante as habilitações do Curso de Pedagogia: Orientador Educacional, Supervisor Escolar, Administrador Escolar e Inspetor Escolar.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.⁵

É pertinente destacar o advento da lei e a regulamentação da profissão, através dos quais, foram definidas as atribuições do profissional, conforme o artigo 1º do Decreto, citado acima, que delibera:

Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas. (Decreto n.º 72846/73).⁶

Citando Grispun (2001, p.28):

O paradigma da certeza, da razão da verdade científica, apresentado pelo contexto de uma época passada como o modelo existente e necessário, foi cedendo espaço a um novo paradigma. Os valores tiveram um novo significado, adequado a este novo tempo.

O trabalho possui o objetivo de identificar as concepções de Educação contidas na prática profissional do Orientador Educacional nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Pelotas/ RS, resgatando as ações que desenvolvem e identificando ações que emancipam e transformam práticas conservadoras e ações que meramente reproduzem o sistema social e educacional sem reflexão.

O estudo é apresentado em quatro capítulos:

⁴ Disponível em: <http://www.cpers.org.br/imagens/legislacao/estatuto_do_magisterio.htm> Acesso em: 20 ago. 2010.

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 15 ago. 2010.

⁶ Ver legislação. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 10 set. 2009.

No primeiro capítulo são trazidas as contribuições teóricas que possibilitam o entendimento da importância da educação como direito social, a contradição existente na função da escola e seu movimento reprodutor de ideologias e transformador de realidades e o contexto em que está inserido o profissional da Orientação Educacional.

O segundo capítulo registra os DADOS CONTEXTUAIS, físicos e educacionais do município de Pelotas para entrelaçá-los posteriormente na análise dos resultados.

O terceiro capítulo conta com a descrição dos procedimentos metodológicos adotados para aplicação da pesquisa.

O quarto capítulo se ocupa da apresentação e análise dos dados colhidos.

As considerações reflexivas e finais sintetizam os principais resultados.

2 A EDUCAÇÃO E A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

2.1 EDUCAÇÃO REPRODUTORA E TRANSFORMADORA

Durante muito tempo fomos levados a acreditar que a Escola poderia “formar” os indivíduos a atuarem na sociedade de forma cidadã e crítica. A verdade é que se observarmos os “cidadãos” que atuam, efetivamente, na sociedade atual percebemos claramente que a Escola não cumpriu seu papel. Isso porque por um lado vemos que os que “dirigem” as grandes instituições valem-se de seus ‘poderes’ a fim de espoliar a maioria dos trabalhadores, transformando-os em massa de alienados.

Por outro lado, constatamos que esta grande maioria, “por medo”, principalmente do desemprego, sujeitam-se aos que “dirigem e edificam uma superestrutura” cujas “ideologias” operariam sobre e dentro dos *indivíduos* através de mecanismos ideológicos de sujeição, transformando “os indivíduos em sujeitos”. As ‘ideologias’ “têm uma existência material”, [...] são formadas por práticas sociais necessárias para a reprodução das relações sociais de produção. (ALTHUSSER, 2001, p.88-96).

Buscamos “uma verdade”. De que verdade estamos falando? “Conhecer é ver e dizer a verdade que está na própria realidade e, portanto, a verdade depende de que a realidade se manifeste, enquanto a falsidade depende de que ela se esconda ou se dissimule em aparências (CHAUÍ, 2000)”. Qual é a realidade quando falamos sobre a Educação? A Educação é reprodutora ou transformadora? O que é real e o que é falso?

O real quanto à modernidade é que a mesma pretendeu construir um “sujeito moderno, racional, centrado e unitário”; é uma construção muito particular do projeto iluminista que o pressupunha como capaz de opções racionais conscientes e autônomas em relação à sociedade, “*desde que devidamente educado*”⁷ (SILVA, 1996, p. 254-5). Conseguiu o seu feito? Em que homem estamos pensando? De quem dirige ou de que está sendo dirigido? Quais foram os aparatos historicamente arquitetados para construir esse “sujeito”? E, principalmente, como a Educação foi usada para edificar tal sujeito?

⁷ [Grifo do autor].

Os aparelhos utilizados pelo Estado mantendo e reproduzindo a estrutura da sociedade e de seus sistemas são muitos: religiosos, escolares, familiares, jurídicos, sindicais, os da informação e muitos outros. O que nos interessa é a Escola.

A Escola, através de seus professores e professoras, não ensina somente “os saberes práticos, mas transmite modelos, na tentativa de sujeição à ideologia dominante, como diria Althusser, ou como bem manejar esta sujeição”. O autor parte da tese atribuída a Marx, segundo a qual a reprodução das relações de produção é uma exigência: reproduzir a força de trabalho e também a sujeição dos trabalhadores à ordem dominante. De acordo com Marx, o conjunto das relações de produção,

[...] forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [...] Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela (MARX, 1983, p. 24-5).

A busca da verdade deve levar-nos sempre à análise das causas dos problemas, logo é interessante trazer a contradição entre Educação Reprodutora e ou Transformadora, todo o contexto em que ela historicamente se constrói, se adapta, se refaz ou se perpetua, para indagarmos sobre o que deve ser reproduzido e o que deve ser transformado, então seria prudente ou ingênuo conceituarmos Educação como um processo de constante aperfeiçoamento dos sujeitos na construção do conhecimento? Entendendo a Educação dessa forma, podemos considerar que a escola é um espaço contraditório.

A Educação obviamente não se dá apenas na escola, mas em todos os lugares onde se processa a prática social. A escola básica é a instância pela qual o Estado deve propiciar ao indivíduo, o necessário para desenvolver-se como cidadão.

Acrescente-se que esse desenvolvimento envolve sua integralidade, não apenas uma ou outra de suas dimensões, caso contrário fica mutilado o significado do homem histórico como ser que busca a realização da liberdade. Essa consiste precisamente na superação da necessidade, visto que “para o homem não basta viver, mas viver bem” (ORTEGA & GASSET, 1963).

Os Orientadores Educacionais também construíram-se historicamente, e os registros evidenciam que a profissão serviu aos interesses de cada momento político vivido.

O viver bem, a construção da liberdade, exige apropriação da cultura, da herança histórica que a humanidade produziu para que dela se usufrua, porém exige igualmente uma leitura da forma como foi produzida essa história, e o que estava por trás dela, quais idéias, quais interesses, qual ideologia. Essa leitura a que se faz referência, no entanto, não é problematizada, desvendada na escola tradicional.

A escola atual brasileira, com raras exceções, restringe-se a reprodução, concretizando o ensino como mera transmissão de conhecimentos dos programas tradicionais, subvertendo o conceito de ensino buscado pela Pedagogia Moderna, que segundo Freire (1975), para efetivamente alcançarmos é preciso renunciar a Educação Bancária e adotar uma forma dialógica de educar que torna o educando como sujeito, pois só como sujeito é possível fazer-se (sujeito) humano histórico. Cumpre à Educação então, a função problematizadora e mediadora nessa interlocução. Isto significa que a vontade (componente ético que funda a condição de sujeito) deve estar sempre presente nesse processo. A verdadeira educação é o tipo de ação social que exige que o seu conteúdo seja intrinsecamente desejado ou desejável por quem se educa, porque só sendo sujeito se é educado, pois esta é a orientação para o bem viver, que se supõe que a escola seja capaz de fazer, senão não tem função social nenhuma.

Se é dada à escola, segundo Althusser (2001), a categoria de instrumento, Aparelho Ideológico do Estado para reproduzir as relações de produção, como seria possível garantir que esta dominação será de fato reproduzida, como esta previsto pelo sistema de acordo com a teoria Althusseriana, uma vez que, nas relações de trabalho docente e nos Cursos de formação dos profissionais da Educação já se contemplam novas visões de mundo e releituras deste globo tão desigual, onde já é reconhecida por muitos, que a educação que está sendo promovida nas escolas não responde, se é que podemos dizer que algum dia tenha respondido, as demandas da classe dominada.

Segundo a Teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, a escola é a ferramenta mais eficaz para manter a dominação dos que detêm o poder econômico sobre as classes subalternas que necessitam subsistir. A escola seria, de acordo com o teórico, um dos Aparelhos Ideológicos do Estado, que funcionam através da

Ideologia e que mantém a reprodução das relações de produção nas formações sociais capitalistas consolidando a exploração, as desigualdades sociais, a corrupção, a destruição do meio ambiente e tantos outros males postos nesta sociedade globalizada,

E como estes fenômenos acontecem?

Citando Guareschi (1995), é possível de uma maneira simples entender que a escola é uma Instituição superestrutural, imposta, obrigatória e controlada, criada para reproduzir os interesses e a ideologia da classe dominante, no entanto como já mencionamos anteriormente, é atual pensar a escola não somente com a função social de ensinar (educação bancária), mas como educação em seu sentido e função social mais ampla (educação problematizadora), haja vista a evolução do contexto sócio-histórico-cultural da humanidade, a respeito dessa possibilidade reverenciamos Freire, pedagogo brasileiro de destaque internacional que não se limitou a teorizar, mas orientou através de suas idéias o processo de formação docente no que se refere à reflexão crítica da prática pedagógica levando à resultados inovadores no trato da educação, pois essas idéias se articulam com os interesses dessa formação, sem perder de vista o caráter histórico do homem associado sempre a prática social.

Para Freire, retomando um pouco as discussões anteriores, Educação, então, é um encontro entre interlocutores, que procuram no ato de conhecer a significação da realidade e na práxis, o poder da transformação, é a ação que pode e deve ser muito mais do que um processo de treinamento ou domesticação, um processo que nasce da observação e da reflexão e culmina na ação transformadora. Opondo-se à Educação Bancária, a Educação é libertação. Nesse sentido, o conhecimento parte da realidade concreta do homem e este reconhece o seu caráter histórico e transformador.

Diz Freire (1983, p.214-15), ainda,

Cultural- Consiste “na educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade; [...] busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade. O comprometimento com a transformação social é a premissa da Educação Libertadora, libertação que é social, coletiva e política. Para que ela se concretize, algumas características precisam estar presentes, são elas: a. Colaboração- A ação dialógica só se dá coletivamente, “ainda que tenham níveis distintos de função, portanto de responsabilidade, somente pode realizar-se na comunicação”. (p. 197); b. União- A classe popular tem de estar unida e não dividida, pois significa a

união solidária entre si, implica numa consciência de classe.(p.205); c. Organização-“[...] é o momento altamente pedagógico, em que a liderança e o povo fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeira que ambos, como um só corpo, buscam instaurar com a transformação da realidade que os mediatiza”. (p.211); d. Síntese a ação histórica, se apresenta como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante”. “[...] faz da realidade objeto de sua análise crítica” (p. 214-15)”.

A respeito do desafio educacional que se impõe, ampara Gutierrez (1978,p.26),

[...] A educação deverá promover, antes de tudo, o desenvolvimento de aptidões para assumir responsabilidades tanto individuais quanto sociais frente a um mundo imprevisível e cada dia menos codificado, [...] esses conhecimentos surgirão das necessidades e circunstâncias reais dos educandos e de seu relacionamento com a semiótica social e a semiótica dos meios de comunicação.

De posse dessa análise, é fácil identificar que a função social da Escola está impregnada sempre de uma ideologia, seja ela de dominação, que esmaga, exclui e escraviza ou de construção, de libertação, de transformação e de constante vir-a-ser e, de certa forma, contrapor ou pelo menos pôr dúvida na inalteração da reprodução da Educação, trazida como verdade absoluta por Althusser.

É oportuno fazer algumas tessituras a respeito do que envolve a emancipação da escola hoje. Antes, porém, faz-se necessário explicitar um pouco o que considero classe dominante e classe dominada.

Com certeza, a classe dominante hoje não é por certo a classe dominante de 1930, depois da industrialização o país mudou totalmente o seu perfil econômico e social, da hegemonia dos industriais que precisavam da mão-de-obra barata e mecânica para a hegemonia dos banqueiros e empresários do sistema financeiro brasileiro, que estão subordinados ao mercado internacional hoje; a classe dominada não mais os operários das fábricas, mas, atualmente em numa nova configuração, todos os trabalhadores que para conseguir as condições necessárias de sobrevivência não têm outra coisa a fazer senão vender a sua força de trabalho, formal ou informalmente.

Diante do atual contexto, de grandes transformações sociais, econômicas e políticas, as funções exercidas pela educação passam a ter uma nova conotação, sofrendo modificações para adaptá-las às necessidades do tempo moderno.

A visão economicista e produtivista da sociedade, como primordial função dos indivíduos de produzir, distribuir e consumir mercadorias, bens, reduz os direitos de cidadania, e uma grande maioria que nem mais produz nem consome, sobrevive com as migalhas dos escassos programas de Renda Mínima.

O Estado Mínimo não consegue manter nem mesmo o que dispõe os preceitos legais contidos na Constituição Federal, sobre o acesso ao direito à Educação no país.

Uma das limitações do sistema educacional dependente também é a seletividade, por falta de escolas a seleção começa antes mesmo da criança entrar nela; prossegue depois pela evasão e reprovação, decorrentes dos critérios de avaliação, currículos inadequados, professores despreparados, equipamentos deficientes, pobreza, etc... A escola brasileira reproduz a estrutura de classes e a divisão social do trabalho. A ideologia ou a ilusão do desenvolvimento, esperança da libertação nasce do nosso ideal de autossuficiência de distribuição de renda, democracia e autonomia política, mas a dependência continua, pelo processo de reestruturação econômica imposta pelos credores internacionais aos países periféricos, significando um risco muito grande de exclusão social, já vivenciada, culminando com o “caos do desemprego e minimização do preço da mão-de-obra em todos os países subdesenvolvidos” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 21).

Ora, parece lógico afirmar que, a dependência política está intimamente ligada à estrutura econômica e ao desenvolvimento da sociedade, e de posse desse entrelaçamento incapaz de se dissolver, é necessário do ponto de vista da organização atual da sociedade revelar uma forma de Educação na escola emancipatória, fundamental, que seria a Educação Política que perpassa todos os conteúdos escolares, aquela que faz com que as crianças, os adolescentes e adultos passem a construir uma compreensão da estrutura da sociedade da qual vivem, identifiquem o sentido das transformações que se processam no interior dela e passem de protagonista inconsciente do processo social a membro atuante desta sociedade exercendo poder mobilizador.

É por isso, como enfoca Lemme (1988, p. 73), que os setores da sociedade interessados em manter as condições de subordinação existentes e de que são beneficiários fazem o maior esforço e empregam todo seu poder para manter sob o seu domínio a formação das gerações, lutam para não perder o controle sobre a escola da forma mais perversa. Como exemplo, cito a política

neoliberal que se instalou no Rio Grande do Sul, que maltrata, envergonha e indigna os trabalhadores da Educação Estadual Pública: remanejamentos, aglomerações de turmas, obrigando um número excessivo de educandos a disputarem um espaço escolar reduzido. Isto compromete, além da saúde mental de tais sujeitos, a sua aprendizagem, transferindo educandos para outras escolas, desrespeitando os próprios dispositivos legais da Gestão Democrática, Regimentos Escolares e Projetos Políticos Pedagógicos, que subsidiam a organização das Instituições de Ensino do Estado. Soma-se a isso o abandono dos próprios prédios que abrigam as escolas e na indisposição de reconhecer e recuperar perdas salariais históricas que vinham sendo gradativamente recuperadas.

Para promover então uma educação capaz de descortinar o universo que envolve a escola e a manipulação da classe dominante, que popularmente envia migalhas às áreas mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, precisamos discutir com a Comunidade escolar, o contexto social e nossa posição nele, construir possibilidades para o entendimento sobre as razões pelas quais a maioria da população do país não consegue avançar em suas habilidades mínimas que é ler, escrever e interpretar a realidade que vive, enquanto uma minoria tem condições de atingir os mais altos estágios de ensino. As causas já foram desvendadas e decorrem da tão falada rede de proteção social, atrasada, subdesenvolvida, periférica, envolvida por uma estrutura econômica, onde a maioria do povo vive ou apenas sobrevive.

A estrutura é o Capitalismo, definido como um sistema de organização de sociedade baseado na propriedade privada dos meios de produção e propriedade intelectual, e na liberdade de contrato sobre estes bens (livre-mercado). "Capitalismo" é o nome que se dá às atitudes econômicas decorrentes naturalmente numa sociedade que respeita a propriedade privada e a liberdade de contrato. As pessoas, quando sujeitas a estas condições, com o intuito de satisfazer seus desejos e necessidades, tendem espontaneamente a dirigir seus esforços no sentido de acumular capital. Vale aqui registrar uma passagem da leitura de Fromm (1977, p.82), que faz referência à satisfação de desejos ou necessidades,

As normas pelas quais a sociedade funciona também moldam o caráter de seus membros, caráter social: [...] desejo de adquirir propriedade; mantê-la; aumentá-la, isto é, obter lucro. Os que possuem propriedade são admirados e invejados como seres superiores. Mas a vasta maioria de pessoas não possui propriedade alguma no sentido real de capital e bens de capital. (FROMM, 1977, p. 82)

E o Trabalho na especificidade do modo capitalista de produção, o que significaria? Numa perspectiva crítica-social, só poderia ser concebido, segundo defende Tumolo⁸, *como princípio balizador de uma proposta de educação que tenha uma perspectiva de emancipação humana numa sociedade baseada na propriedade social.*

Essa perspectiva é a possibilidade de contribuir com o rompimento da reprodução contida no modo capitalista.

De posse desses elementos, é interessante trazer de novo a idéia da reprodução na teoria marxiana, contido nos capítulos de XXI a XXIII do livro 1, volume 2, de *O Capital*, assim expresso:

A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista, capitalista de um lado e assalariado de outro; do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduz a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num pólo, e mais assalariados, no outro (MARX, 1996, p. 714).

É importante lembrar que na XI Tese sobre Feurbach encontramos a dimensão transformadora; “ Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1991, p. 14); e outras ideias de transformação estão também presentes em outras obras de Marx, as coligações dos trabalhadores podem deixar de ser simples uniões trabalhistas para se erguerem em movimento político que visa à revolução completa da estrutura econômica, a abolição das classes e da propriedade privada. Essa transformação, tem uma arena privilegiada para se concretizar, é na escola com os trabalhadores da educação, inclusos também toda a Comunidade Escolar, essa posição vai além do que defende Louis Althusser, que trabalha somente com a proposta da escola como reprodutivista.

⁸ TUMOLO, Paulo Sérgio. O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 20 ago. 2008.

Reconhecemos a Educação e a Escola como reprodutoras das forças de produção, mas também queremos invocar e defender a Educação, a Escola e a atuação dos Profissionais da Educação na Utopia da transformação das relações de produção. São pertinentes as contribuições de outro grande teórico marxista, Antônio Gramsci, que não nega a função reprodutora da escola, mas acredita que os intelectuais são os agentes principais das mudanças necessárias para elevação da classe dominada a pelo menos condição de dignidade e admite que é possível a superação da alienação a partir da mobilização da classe dominada, após a apropriação da leitura dos interesses da classe dominante. Gramsci (1995) delega à escola a discussão pedagógica acerca da conquista da cidadania.

Conforme Demo (1988), a educação é precisamente condição necessária para desabrochar a cidadania, com vistas à formação do sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres, ainda diz ele: “a formação da cidadania é um processo lento e profundo, que leva gerações”, envolvendo imprescindivelmente a formação docente além da competência técnica, exigindo competência humana. Vejamos o papel importante dos educadores e educadoras que se comprometem com a educação transformadora de novas gerações para que estejam preparadas para aprender a aprender e aprender por toda a vida, não para servir aos apelos do mercado e do consumo, mas para decodificá-los, entendendo os mecanismos e as próprias transformações destes no conjunto dos problemas mais radicais da humanidade.

Na Conferência de Abertura do Fórum Mundial da Educação, realizado em Porto Alegre, no dia 28 de julho de 2004, conforme Jinkings (apud MÉSZÁROS, 2008) a educação não é um negócio, é criação, que ela não deve qualificar para o mercado, mas para a vida, o autor ensina que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, entendendo que a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas e se abrir ao mundo, descobrindo uma educação transformadora qualitativa, propõe que pensemos sobre: qual o papel da educação na construção de outro mundo possível?, como construir uma educação cuja principal referência seja o ser humano e como constituir uma educação que realize as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias?

Então, o que envolveria a tarefa dos educadores e educadoras que entendem as limitações sócio-históricas e que sabem que não é fácil romper com o

poder político dominante? E que competências humanas dariam conta de reconhecer a importância de descortinar a realidade? Assmann & Sung nos dizem que:

A educação precisa ter a coragem de superar o dualismo persistente entre formação para o bom desempenho profissional e formação ética para a sociabilidade humana, [...] Pensamos que uma abordagem sincera de temas como competência humana, competências sociais, sensibilidade social e solidariedade, podem levar a um marco de referências bastante inovador (ASSMANN; SUNG, 2000, 210).

Gramsci (2004) traz a alternativa que interessa neste trabalho em contraponto ao referencial trazido por Althusser, que parte do pressuposto de que o educador (a), intelectual orgânico, pode subverter o sistema de reprodução no interior do “bloco histórico”, que é a relação entre estrutura e superestrutura, teoria e prática, entre forças materiais e ideologia que para ele é abstrata a distinção entre estrutura (relações sociais de produção) e superestrutura (comportamentos, ideias, costumes, vontade), porque há o entrelaçamento dos dois níveis na “concretude histórica”, que conhece a distinção e a dialética que resulta numa unidade real.

Além da compreensão do professor-educador de que a Educação Política é importante do ponto de vista da concretude, também agrego a fala de Freire (1983), que nos diz: os profissionais da educação devem pautar o seu fazer no sentido da ação-reflexão-ação, a partir das situações concretas do cotidiano da escola, aí esta expressa a Filosofia, com muita objetividade para compor uma prática comprometida; para Gramsci a Filosofia também possui relevante função, pois, influencia a vida das pessoas e está impregnada de ideologia, ideologia esta conceituada por ele como “concepções de mundo” disseminadas por toda a sociedade, chamando-os de “estrutura ideológica” a todos os meios de disseminação da referida ideologia, que seriam a igreja, a escola e os meios de comunicação que estariam como já disse compondo a superestrutura.

A estrutura é um movimento dentro da história, e a política (superestrutura), precisa dar conta das suas movimentações e contradições. Analisando a constituição da superestrutura, identificamos a sociedade política (Estado) e a sociedade civil (Igrejas, família, Escolas... etc...) e a Educação, nessa perspectiva, ligada às duas esferas, servindo ora à reprodução, ora à transformação, dependendo do papel dos intelectuais e suas concepções de mundo.

O intelectual orgânico, no sentido gramsciano, é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade, assim “todos os homens são intelectuais” (GRAMSCI, 1978, p. 7), ele considera que os intelectuais são elementos-chave, dentro da teoria da transformação, atuam na construção da contra-hegemonia dentro da classe trabalhadora, produzindo através da filosofia da práxis, uma reflexão crítica para subsidiar a luta política das classes a que estão vinculados.

A visão de um mundo hegemônico, de um modo de vida imutável, de leis absolutas, pode ser refeita e rompida pelos sujeitos através da Pedagogia do Conflito que tem *“raízes remotas nos princípios filosóficos e políticos de Marx e Engels”*, empreende a crítica radical da Pedagogia liberal e defende a possibilidade da contradição e de repensar a Educação de forma dialética. A preocupação sociológica da pedagogia do conflito é *“a explicação dos fenômenos do poder, da mudança social e das contradições que caracterizam a formação e a ação dos grupos sociais, das organizações humanas e da sociedade como um todo, se preocupa com a emancipação coletiva e a transformação social identificada com a classe dominada, os grupos oprimidos e a alienação das minorias desfavorecidas”*, por isso, projetos e programas são propostos para alterar a dinâmica da escola, no sentido de transformação, se gestam dentro destas independentemente das Instituições que as mantêm.

Os Orientadores Educacionais são intelectuais orgânicos, porque além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política, que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (GRAMSCI, 1975, p. 1518 in) educadores que atuam buscando uma ressignificação constante de suas funções, superando a fragmentação da visão, e incluindo todos do contexto escolar em ações de gestão, congregando a complexidade do fazer pedagógico, sem, no entanto, menosprezar ou hierarquizar a especificidade de cada formação.

A partir do cenário histórico construído pela profissão, é defendida a importância dos profissionais não docentes nas escolas, pois fazem parte de um projeto coletivo gestado na dialogicidade de um fazer realmente democrático, atendendo as necessidades da escola e da educação como política social de emancipação, compreendendo segundo Rangel, (1999, p. 94), que o conjunto se faz pelos elos comuns da pluralidade.

2.2 A HISTÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

A Orientação Educacional no Brasil sofreu a influência da orientação americana e francesa no terreno restrito da Orientação Profissional. Foi trazida em 1929 por Roberto Mange, engenheiro suíço, que realizou os primeiros trabalhos nessa área, tendo em vista selecionar e orientar jovens matriculados em Cursos de Mecânica.

A Orientação Educacional surge então, na década de 1920, período marcado por constantes insatisfações com a situação do país. A política econômica dessa época assentava-se na produção e no comércio do café. Pensando sobre a via da escolarização como canal de mobilidade, proposta apoiada na crença ingênua da distribuição dos homens na sociedade segundo seus dons inatos, cumpria a Orientação Educacional o seu papel de desvelar as aptidões que os indivíduos possuíam, independente da sua condição de classe. O/a Orientador/a, “profissional da neutralidade”, apoiado em um referencial psicológico, reforçava a ideologia das aptidões naturais, esquecendo que apenas uma minoria escolhe livremente, enquanto a maioria é escolhida, selecionada, pois aptidão é problema de classe e de grupo sócio-cultural. O governo estava interessado em democratizar a educação, representando para o povo uma forma de ascensão social, minimizando os descontentamentos com a grave crise social e política deste período.

Ao final da década de 1920, iniciam-se as reformas educacionais no Ceará, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia e Pernambuco, incentivando a formação de uma sociedade mais democrática, e que os alunos experimentassem uma educação com mais liberdade.

Havia interesse do governo em estender a escolarização ao povo, os intelectuais que participavam do poder começavam a assumir as reformas educacionais, tornando um campo favorável para a Orientação Educacional que poderia estabelecer-se dentro das reformas que se constituíam no país e ao mesmo tempo estaria contribuindo para a melhoria educacional.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 foi um movimento relevante para a implantação da Orientação Educacional, que reagiu ao desinteresse político pela educação, buscando um trabalho mais dinâmico e menos tradicional nas escolas.

Na Lei Orgânica do Ensino secundário industrial de 1942, faz-se pela primeira vez referência à Orientação Educacional. É instituído esse serviço com a finalidade de correção e encaminhamento dos/as alunos/as-problema, bem como da elevação das qualidades morais dos/as alunos/as em geral. Estava referido e definido o seu papel adaptador à sociedade, no entanto, dois fatos anteriores à lei são inequivocamente significativos e necessários mencionar, para vincular a importância dada à Orientação Educacional a formação de mão-de-obra industrial, objetivo do governo na época de plena industrialização. Grispun (2002)

1º) O Governo Federal em 1939 regulamentou o Decreto que tinha como objetivo instituir Cursos profissionalizantes para trabalhadores e;

2º) O Brasil participa da XXV sessão da Conferência Internacional do Trabalho onde se discute pela primeira vez, também no ano de 1939, o Ensino Técnico profissionalizante e Aprendizagem, onde se recomenda a importância da área.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) institui a figura do/a Orientador/a Educacional, dedicando um capítulo inteiro a habilitação e enfatizando a formação dos orientadores educacionais para os cursos primário e secundário, e na prática o ensino médio também recebeu a atenção dos profissionais, respondendo sempre por um clima educativo. Os Orientadores preocupavam-se com o alcance dos objetivos educacionais num ambiente propício, esse/a Profissional, afinado/a com as diretrizes oficiais, torna-se porta-voz do Projeto Educacional do Estado, eram eles a peça chave para que os fins propostos pela Lei fossem atingidos. Em 1968, quando surge a Lei 5.564, que prevê o exercício da profissão do/a Orientador/a, é confirmada a linha psicológica e a função preventiva da Orientação Educacional. (GRISPUN, 2002)

Em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5692/71, art. 10) institui a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas, colocando o/a Orientador/a como participante do processo educativo, cuja intenção verdadeira era confirmar o aconselhamento vocacional como forma de assegurar ensino profissionalizante obrigatório, servindo assim para formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Em 1973 foi publicado o decreto 72846/73, regulamentando suas funções. Finalmente em 1978 foi criado o cargo de Orientador Educacional no Quadro de Carreira do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul, e em 1979 foi publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, o Código de Ética

dos Orientadores Educacionais no Brasil. Em 1966 foi criada a Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul - AOERGS. (Revista Prospectiva, 2006, nº 29⁹).

A retrospectiva da trajetória do Serviço de Orientação Educacional no Brasil e no Rio Grande do Sul faz-se necessário para que possamos compreender e contextualizar suas propostas nas últimas décadas, bem como as diferentes perspectivas e objetivos de sua atuação.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 64 refere-se à formação dos profissionais da Educação para a Orientação Educacional. (Brasil, 1996, Lei nº 9394)

Nas escolas de educação básica, entende-se que a atuação do profissional deva ocorrer em estabelecimentos públicos e privados, especialmente nos que atuam nos níveis fundamental e médio. Contudo, sempre é válida sua presença em diversos segmentos da sociedade, conforme publicação¹⁰ do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. (Jornal da Educação, 2008, IPAE 030).

Não há legislação que exija nacionalmente que os estabelecimentos de ensino contratem Orientadores Educacionais.

Em determinados estados, as normas para funcionamento emanadas dos Conselhos de Educação incluem o profissional como parte essencial para as autorizações e funcionamentos das Instituições de ensino, mas não é regra geral. As escolas que contam com esse profissional normalmente têm um nível melhor de competitividade no mercado, pois, demonstram claramente o interesse no bom atendimento do corpo discente e na ação integrada da comunidade escolar.

No Estado do Rio Grande do Sul, somente um Concurso Público para o Cargo de Orientador Educacional nas escolas da rede estadual foi realizado em 1993¹¹, segundo dado da Secretaria Estadual da Educação em 2007, eram somente 215 profissionais concursados atuando em todo estado, onde há registro hoje de 2.690 escolas. (Fonte: MEC/INEP, Censo Escolar da Ed. Básica 2008)

A Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul, de acordo com sua Diretora Administrativa, Orientadora Clarissa Maria Aquere

⁹ Única revista especializada em Orientação Educacional na América Latina. De tiragem anual, aborda temas relevantes e atualizados na área da Orientação Educacional e Educação em geral, Editorial, pág. 4

¹⁰ Fonte: Jornal da Educação. Publicação do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. ISSN 0104 9895. Ano 13,n.º 3295. **IPAE 030 - 07/08** acesso em 12 julho 2009.

¹¹ Publicação em 11.12.2007. Disponível em: <<http://www.riogrande.com.br>>. Acesso em: 12 jul 2009.

Szadkosky, declara a importância da vigilância estabelecida na associação e em seus núcleos no sentido de denunciar toda instituição que desrespeite o cumprimento da lei, no que se refere à atuação do profissional sem habilitação na orientação educacional, no estado e nos municípios do RS.

Da mesma forma, afirma a Diretora, que a AOERGS no RS, a AOESC em SC, a ASFOE no RJ, APASE em SP e a organização de Brasília, lideram a luta dos O.E. em todo Brasil, mas, todos os estados precisam organizar a associação profissional para a criação do Conselho Federal.

Em Pelotas, foi criado o cargo de Orientador Educacional em 1999, prazo máximo dado aos municípios para implementar a LDB no que se referia à oferta da Educação Infantil, com todas as recomendações do CEE/RS, pertinentes aos profissionais que deveriam integrar as equipes nas escolas de Educação Infantil. Anterior ao advento da LDB N.º 9394/96, os cargos nos Serviços de Orientação Educacional nas escolas, eram preenchidos por um professor com habilitação em Orientação Educacional, porém em desvio de função, o que desagradava os poucos profissionais que integravam os serviços em poucas escolas da rede municipal.(NOPEL/Diretoria de Planejamento, 2009.Entrevista)

Desde então, três concursos públicos foram realizados, em 2002, 2003, no Governo do PT e um no governo do PP em 2008, o que revela uma necessidade desse profissional, diante das demandas existentes nas Comunidades de Pelotas, mas também vontade política de munir as escolas de profissionais que dêem conta das dificuldades existentes na sociedade atual. (Fonte: SMAF, Depto de Concursos)

Porém há necessidade de mais profissionais nas escolas, haja vista o número ainda escasso de quarenta e quatro Orientadores Educacionais na rede , nº expressivo de escolas (noventa), o número de matrículas (vinte oito mil e quatrocentos educandos), número de professores (aproximadamente três mil seissentos e vinte educadores) e as distâncias entre as escolas.(Fonte: Depto. Pedagógico, Depto. Administração Escolar- Serviço de Recursos Humanos. SME/Pelotas).

2.3 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL HOJE

Hoje, a Orientação Educacional caracteriza-se por um trabalho muito mais abrangente, possui caráter mediador junto aos demais educadores, atuando com todos os protagonistas da escola no resgate de uma ação mais efetiva e de uma educação de qualidade nas escolas. O Orientador está comprometido com a realidade e sua transformação, sem perder de vista o enfoque coletivo, atuando com os demais profissionais da educação, buscando compreender criticamente as relações que se estabelecem no processo educacional. A Orientação Educacional como uma área da Educação, se insere nas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas onde ela ocorre. Temos que definir as ações que necessitam ser desenvolvidas na escola por um profissional da Orientação Educacional competente e comprometido com as transformações sociais e com a história de seu tempo. Conforme Grispun, (2002, p.83)

[...] A escola é uma organização complexa; comporta vários serviços, executados por diferentes profissionais, cuja atribuição maior é a efetividade do processo educacional. Nesse sentido, devemos lembrar que, da mesma forma que a escola assume seu projeto político pedagógico, ela pertence a uma instituição maior, denominada educação, que, por sua vez, pertence à sociedade. Assim sendo, a análise da escola não pode ser feita isoladamente das demais categorias que a corporificam direta e indiretamente na consecução de seus objetivos.

2.4 FUNÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

Conforme apontava Brandão (1977, p.19), a Orientação Educacional no Brasil teve uma caminhada que sempre esteve relacionada com os esforços feitos pelos Orientadores, com o objetivo de:

- a. “definir e redefinir a Orientação segundo variações ocorridas na teoria da Educação e das ciências humanas diretamente ligadas a ela”;
- b. “adequar à prática da Orientação Educacional às variações processadas na sociedade e na cultura brasileiras com repercussões sobre os sistemas educacionais, sobretudo no ensino de primeiro e segundo grau”.

Nesse sentido, sintetizo a seguir algumas das funções gerais e posteriormente funções específicas do Orientador Educacional, citadas por Seemann¹² (2003, p.60-64)

1. Planejar, replanejar, articular e acompanhar a execução do projeto Político Pedagógico com a participação da comunidade escolar, concretizando a função social da escola, através do redimensionamento do processo ensino-aprendizagem, viabilizando a transmissão, apropriação, ressignificação e produção de conhecimentos sistematizada por parte do aluno.
2. Refletir e encaminhar as discussões, junto á comunidade escolar, (professores, alunos, pais, diretor, funcionários) do processo de articulação das ações curriculares, mediando e interferindo para que o aluno concreto e sua realidade sejam focos permanente de reflexão e redirecionamento desta.
3. Participar da coordenação da ação do coletivo, redimensionando qualificadamente a relação entre alunos, professores, direção, equipe pedagógica, funcionários, família, serviços especializados, programas especiais, projetos, estágios de diferentes áreas, etc...
4. Planejar, executar e avaliar os desdobramentos e encaminhamentos, de forma permanente: dos conselhos de classe, das reuniões pedagógicas, reuniões de pais, grupos de estudo e projetos.
5. Propiciar a discussão junto aos pais equipe pedagógica e professores, sobre o processo ensino-aprendizagem, visando o acompanhamento, discussão e encaminhamentos necessários.
6. Planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar, de forma permanente, o plano de ação integrada da equipe pedagógica frente ao projeto político pedagógico da unidade escolar.
7. Indicar e sugerir referências bibliográficas e outros materiais pedagógicos na área da Educação, visando à fundamentação, atualização e redimensionamento da ação pedagógica dos profissionais da escola.
8. Participar de cursos, seminários, encontros e outros, buscando a fundamentação da ação específica dos especialistas, com vistas a subsidiar uma postura de pesquisa e investigação frente à práxis pedagógica.
9. Elaborar o Relatório síntese das ações realizadas anualmente na unidade escolar.

Funções específicas:

- a. Contribuir para o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, intervindo com sua especificidade de mediador na realidade do aluno no currículo, mobilizando professores para a qualificação do processo ensino-aprendizagem através da composição, caracterização e acompanhamento das turmas, no horário escolar, listas de materiais e de outras questões curriculares;
- b. Participar da articulação, elaboração e reelaboração de dados da comunidade escolar como suporte necessário ao dinamismo do projeto Político Pedagógico.
- c. Participar junto à comunidade escolar na criação, organização e funcionamento das instâncias colegiadas, tais como: conselho de escola,

¹² AOERGS. Associação dos Orientadores Educacionais. Os Orientadores Educacionais e a Escola Pública de Ensino Fundamental. *Revista Prospectiva* N.º27/2003, p. 60-64.

Grêmios estudantis e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações na unidade escolar.

d. Participar junto com a Comunidade escolar no processo de elaboração, atualização do regimento escolar e utilização deste como instrumento de suporte pedagógico.

e. Coordenar o processo de escolha de representantes das turmas (aluno, professor) com vista ao redimensionamento do processo ensino-aprendizagem.

f. Coordenar elaboração, execução, acompanhamento de projetos, planos e outros, objetivando o atendimento e acompanhamento do aluno, nos aspectos que se referem ao processo ensino-aprendizagem.

g. Coordenar, junto com os professores, a sistematização e divulgação das informações, sobre o aluno, para conhecimento dos pais ou responsáveis, e em conjunto discutir os possíveis encaminhamentos.

h. Participar da avaliação quantitativa e qualitativa do rendimento escolar, visando reduzir índices de evasão e repetências.

i. Coordenar, junto aos demais especialistas e professores, o processo de identificação das causas e acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, visando o redimensionamento da ação pedagógica.

j. Coordenar o processo de orientação profissional do aluno, incorporando-o à ação pedagógica.

k. Realizar pesquisas e estudos emitindo pareceres e informações técnicas na área da Orientação educacional

l. Acompanhar e avaliar o aluno estagiário em Orientação educacional, junto à Instituição formadora.

m. Desenvolver o Trabalho da Orientação, considerando a ética profissional.

n. Desenvolver outras atividades conforme o decreto nº 72846/73, que regulamenta a lei nº 5564/68, que prevê o exercício da profissão de Orientador Educacional.

As funções delineadas por SEEMANN, aproximam-se do ideal pensado pelos Orientadores Educacionais em sua prática, porém distanciam-se a medida que a escola tem se traduzido muito mais em espaço de tarefas do que espaço de convivência, discussão e tomada de decisões. As escolas se ressentem de maior autonomia em relação à Mantenedora.

Dessa forma o plano de trabalho não se concretiza na totalidade. O grande desafio que se coloca aos educadores, em especial aos Orientadores Educacionais, neste momento histórico, parece residir em coadunar as suas funções com vistas à construção de uma educação cidadã, transformadora, libertadora, como propõe Fiori (apud: FREIRE, 1987, p.9) afirmando que:

A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.

3 DADOS CONTEXTUAIS

3.1 DADOS FÍSICOS

Pelotas, município do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na região Sul, está a uma distância de 250 km da capital estadual de Porto Alegre.

Possui uma população de 345.181 habitantes¹³, e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,816¹⁴.

Conforme o plano diretor vigente no município, a Área Urbana de Pelotas é dividida em 7 Regiões Administrativas, onde estão distribuídas as escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme mapas identificando cada uma das áreas e respectivas unidades escolares.

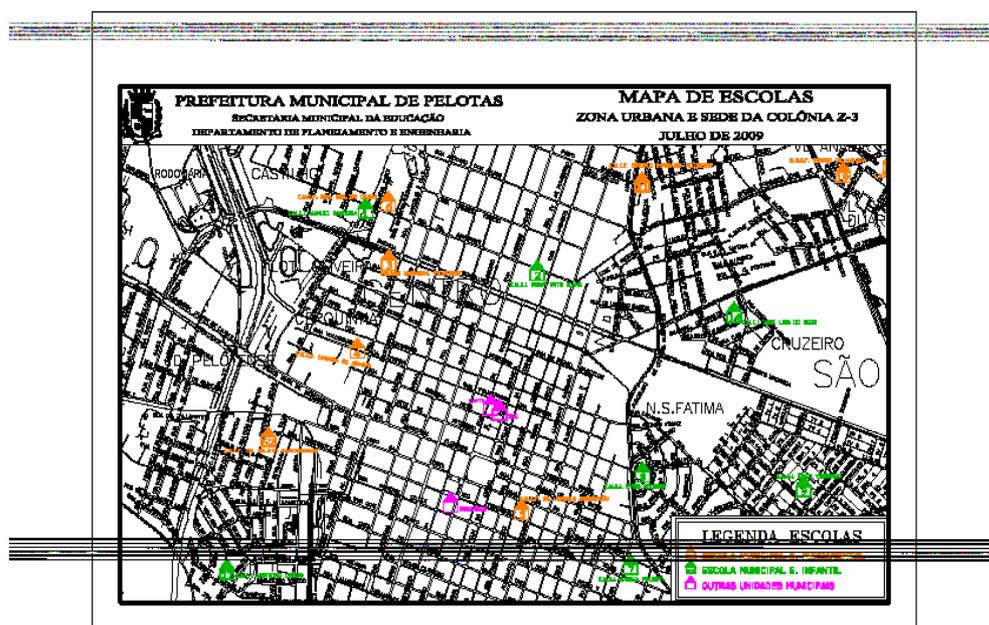


Figura 1: Centro (Zona Sul)

Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

Nota: Nas 14 escolas situadas no espaço constante na figura 1, foram identificadas somente 4 profissionais da Orientação Educacional, que participaram da pesquisa.

¹³ Fonte: IBGE 2009

¹⁴ Fonte: PNUD 2000

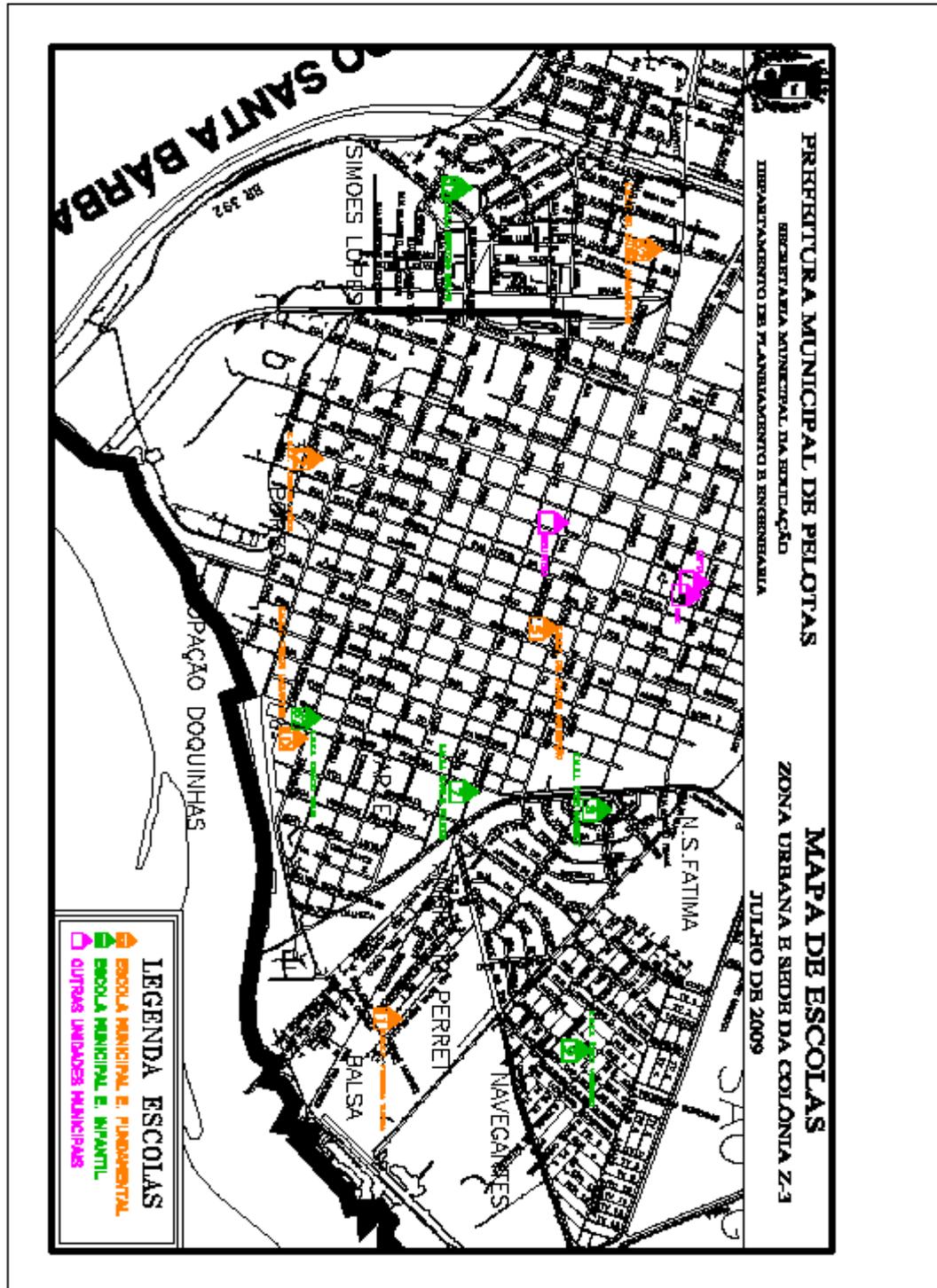


Figura 2: Centro, Simões Lopes, Porto.

Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

Nota: Conforme a figura 2, os bairros contam com 10 escolas, nestes espaços de educação, a pesquisa registrou entre os participantes, apenas dois profissionais atuando.

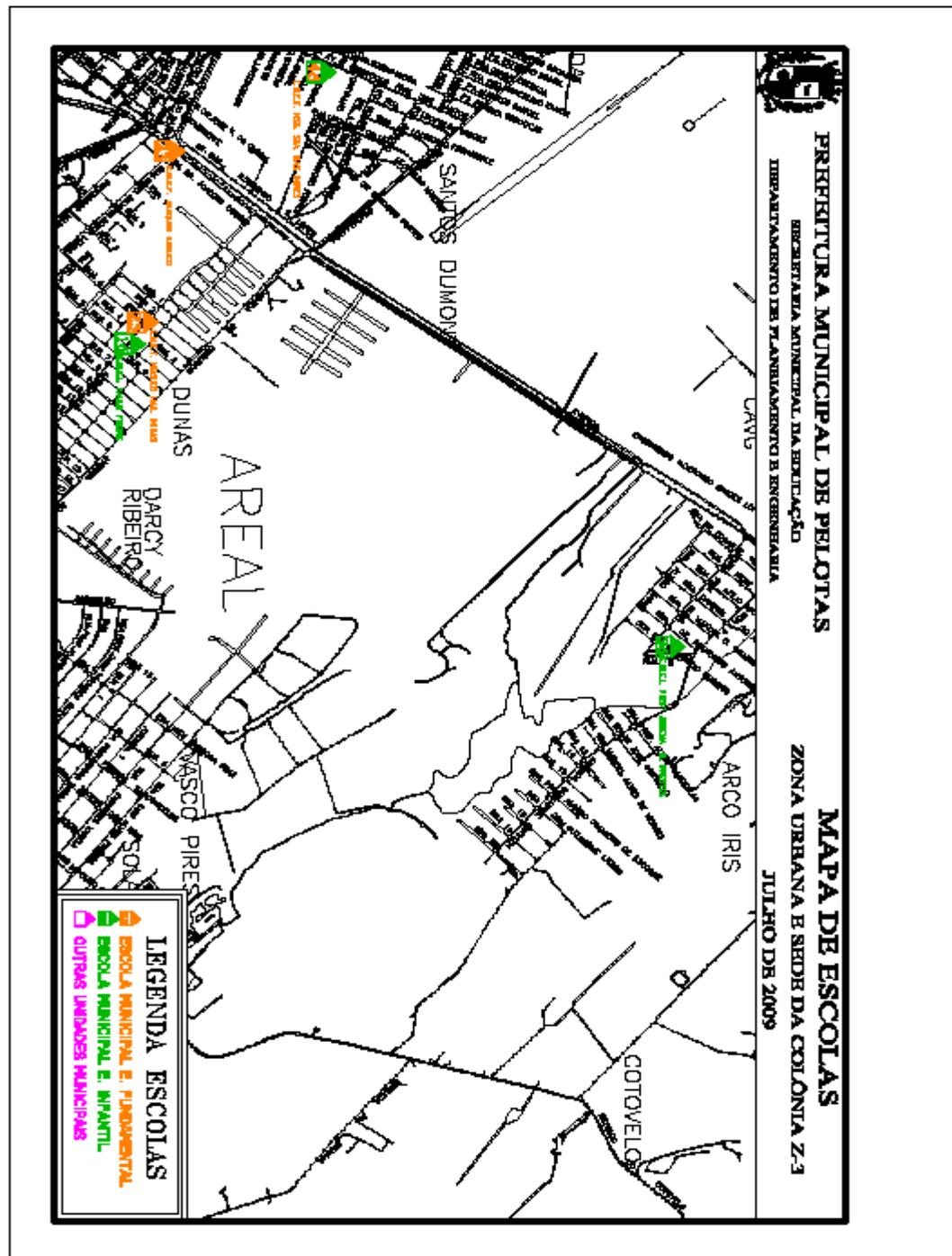


Figura 5: Areal 1 (Zona Leste)

Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

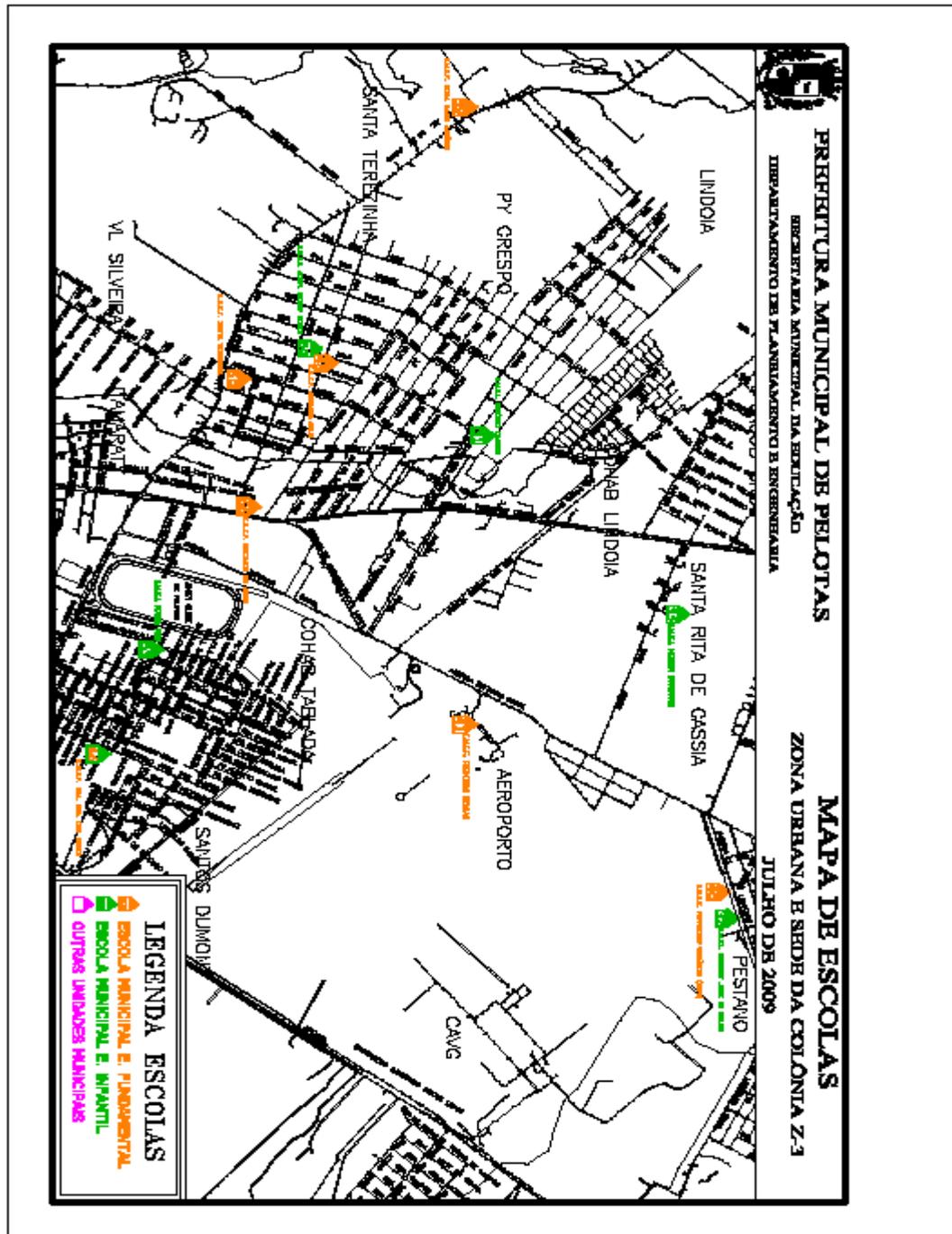


Figura 7: Três Vendas (Zona Norte)

Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

Nota: As escolas do bairro Três Vendas que constam no mapa são em nº de 12, e estão representadas por 5 Orientadores Educacionais.

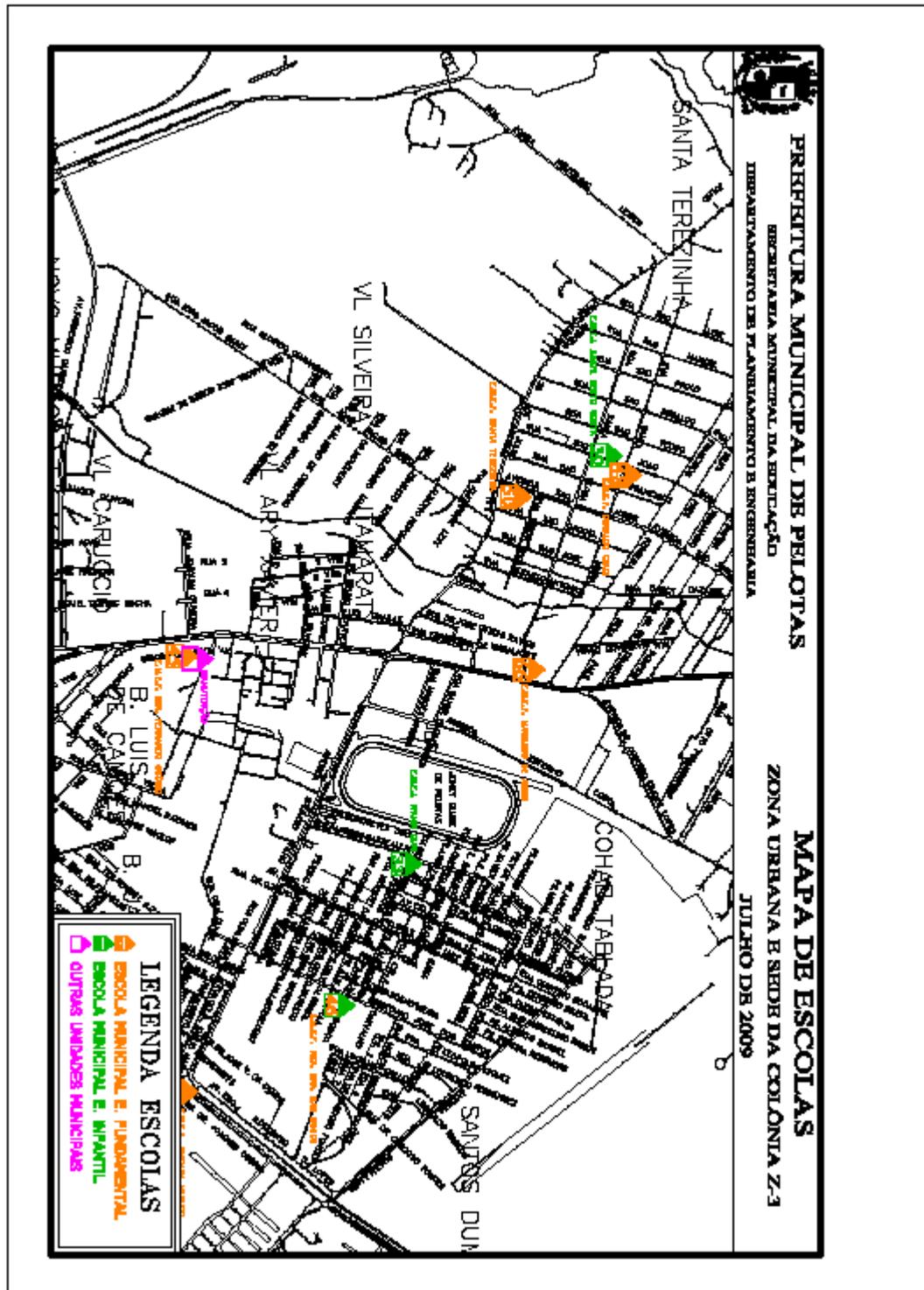


Figura 8: Três Vendas - Santa Terezinha (Zona Norte)

Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

Nota: A Comunidade Santa Terezinha localiza-se no Bairro Três Vendas, possui 8 escolas e 3 Orientadores Educacionais que participaram do estudo.

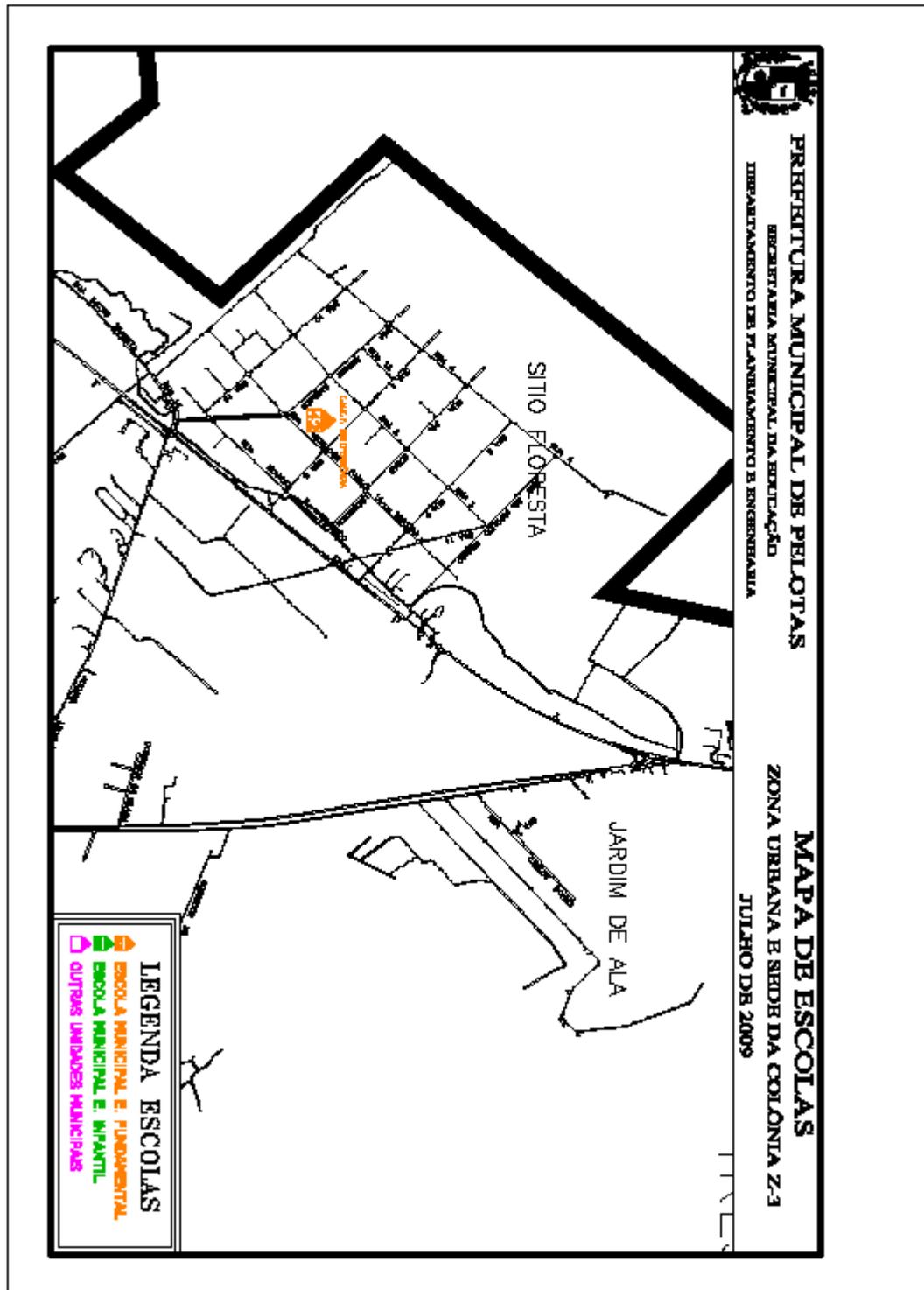


Figura 9: Três Vendas - Sítio Floresta (Zona Norte)

Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

Nota: A Comunidade do Sítio Floresta, localiza-se também no Bairro Três Vendas, possui somente uma escola e dois profissionais da Orientação Educacional.



Figura 10: Vista da área urbana de Pelotas

Fonte: Disponível em: <<http://www.mundi.com.br/Wiki-Pelotas-Rio-Grande-do-Sul>> Acesso em: 20 mai. 2010.

A zona rural conta com 8 distritos:

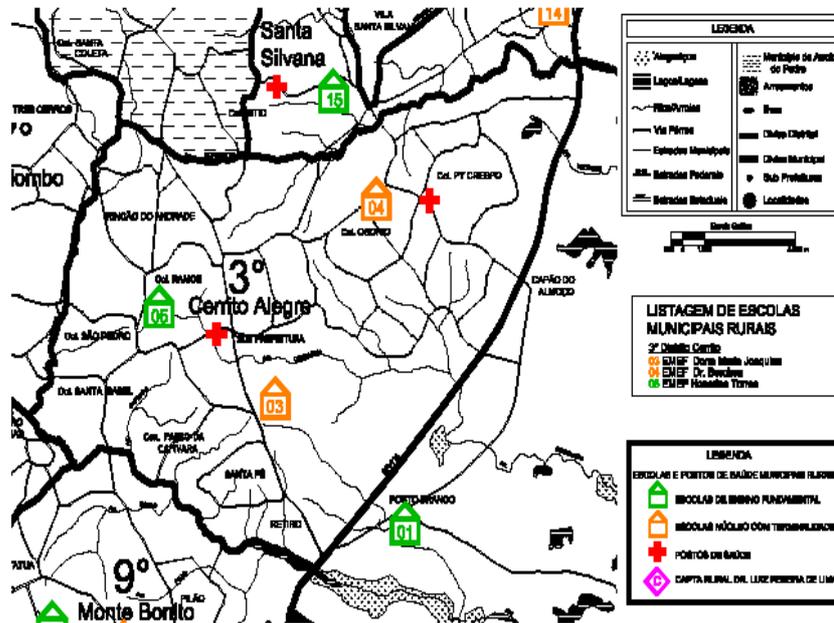


Figura 12: 3° distrito- Cerrito Alegre
 Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

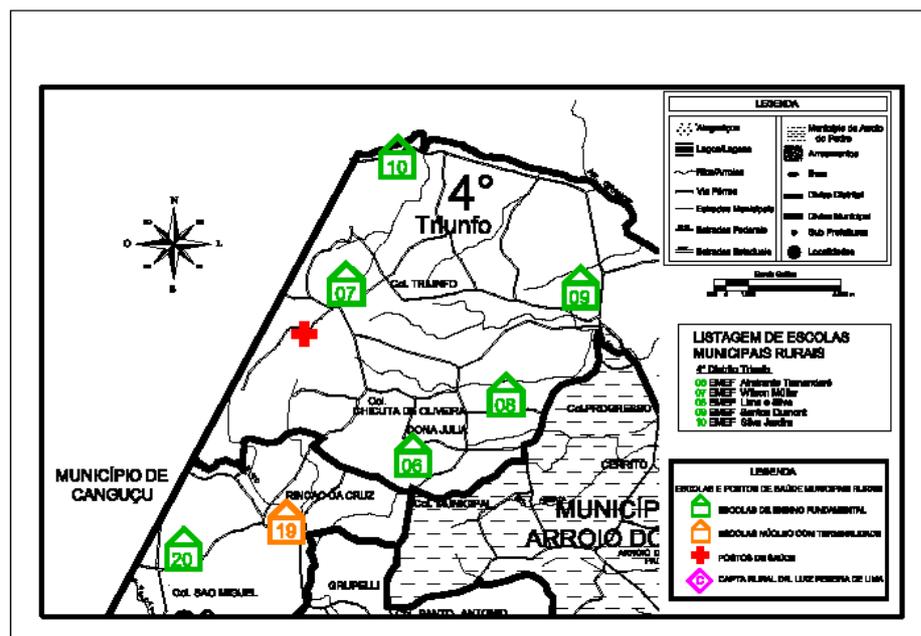


Figura 13: 4° distrito- Triunfo
 Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

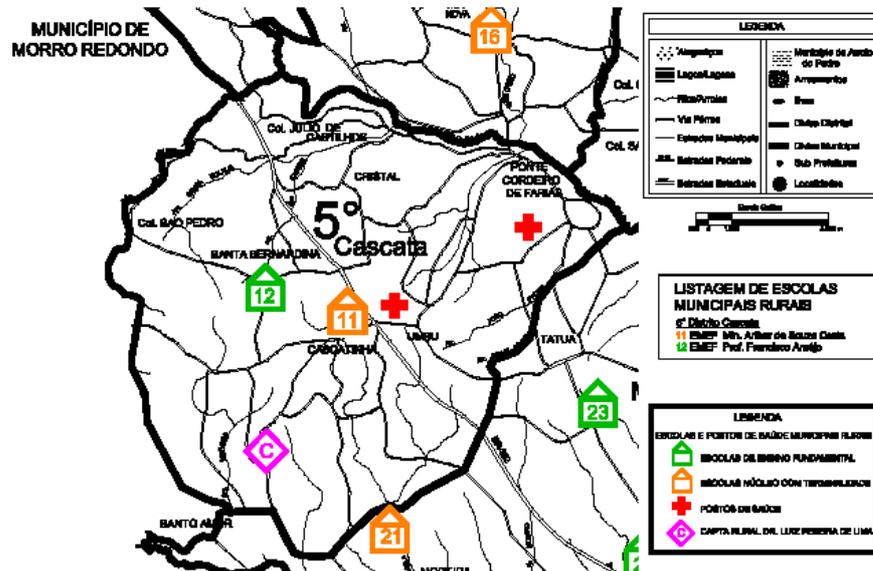


Figura 14: 5º distrito- Cascata
 Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

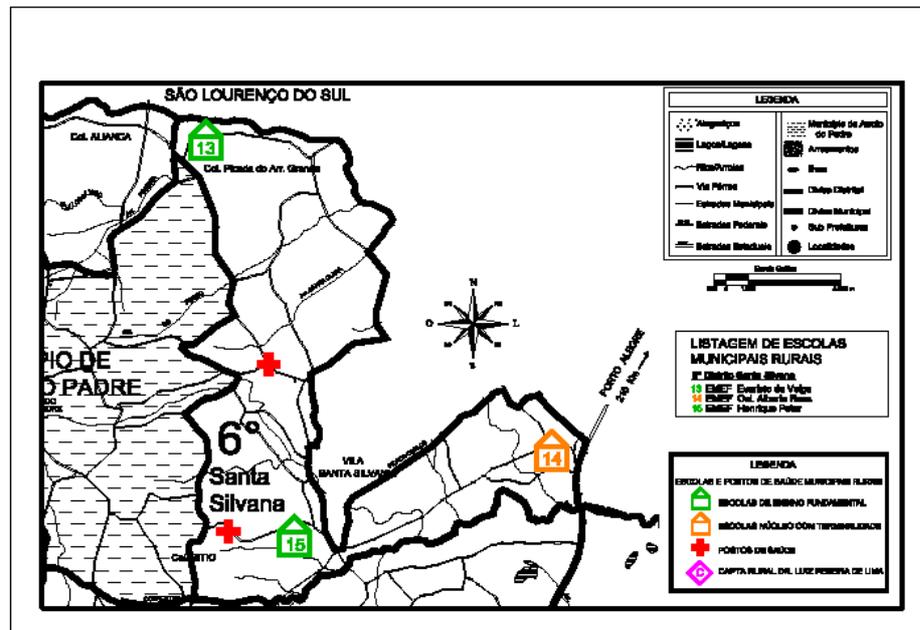


Figura 15: 6º distrito- Santa Silvana
 Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME



Figura 16: 7º distrito- Quilombo
 Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

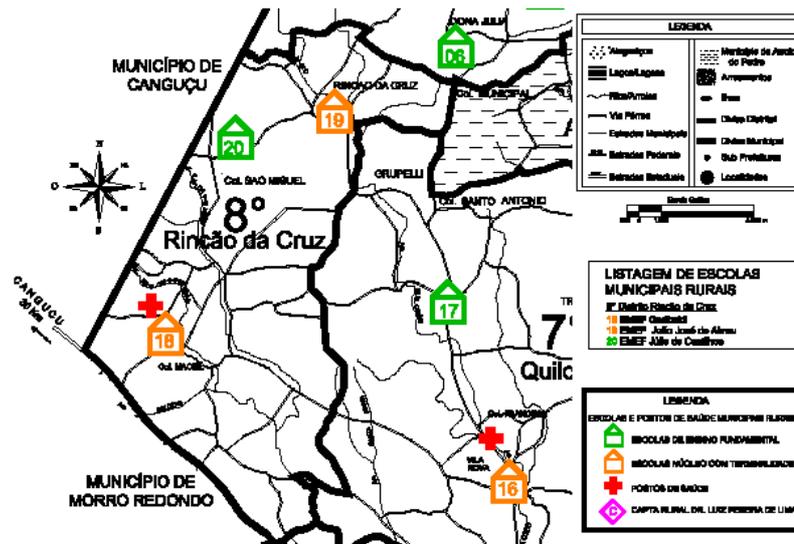


Figura 17: 8º distrito- Rincão da Cruz
 Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME

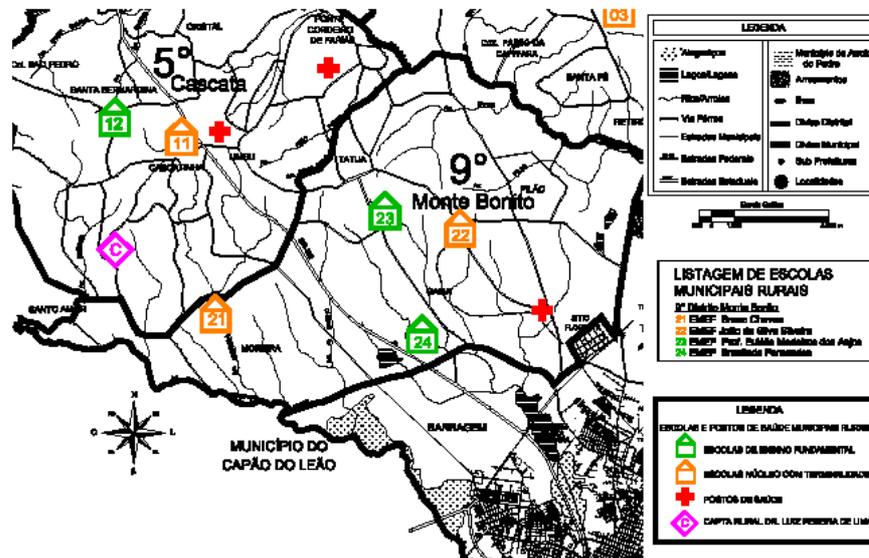


Figura 18: 9º distrito- Monte Bonito

Fonte: Departamento de Planejamento e Engenharia-SME As escolas do Campo estão representadas por três profissionais da Orientação Educacional, que participaram da pesquisa.



Figura 19: Vista do distrito da Cascata

Fonte: Disponível em: <<http://www.mundi.com.br/Wiki-Pelotas-Rio-Grande-do-Sul>> Acesso em: 20 ago. 2010.

3.2 DADOS EDUCACIONAIS

O município conta com cinco instituições de ensino superior (Universidades): Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Faculdades Anhanguera, Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL) e Faculdade de Tecnologia Senac-RS. Também possui quatro grandes escolas técnicas: Escola Técnica Estadual João XXIII, Escola Técnica Estadual Professora Sylvia Mello, Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça - CAVG da Universidade Federal de Pelotas e o próprio Centro Federal de Educação Tecnológica. Também há muitas escolas de ensino fundamental e ensino médio no município, sendo estas escolas particulares (como o Colégio São José) e públicas, sob administração estadual e municipal. Entre as instituições de ensino sob administração municipal está o *Colégio Pelotense*, a maior escola municipal do Brasil e uma das maiores da América Latina, e 89 escolas distribuídas na área urbana e rural do município conforme quadro 1.

Escolas de ed. Infantil Urbanas	Escolas urbanas	Escolas rurais
27	40	23

Quadro 1: Escolas da rede pública municipal de Pelotas

Fonte: dados coletados no site. Disponível em: <<http://www.educapel.com>> Acesso em: 12 jun. 2009.

As matrículas em 2009, na rede municipal de ensino de Pelotas totalizam aproximadamente 28.500 alunos, conforme quadro abaixo:

Escolas urbanas	Escolas rurais	Escolas de educação Infantil	Total
23.277	3.164	1.901	28.342 alunos matriculados na Rede Pública Municipal

Quadro 2: Matrículas na rede municipal de ensino em Pelotas (2009)

Fonte: Dados coletados no site. Disponível em: <<http://www.educapel.com>> acesso em 12 de junho de 2009.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 TIPO DA PESQUISA

Os objetivos propostos e o próprio objeto de estudo exigiram uma abordagem qualitativa. De posse do levantamento e organização do material colhido através dos instrumentos, iniciou-se a análise interpretativa dos dados com base nos objetivos do trabalho e do referencial teórico utilizado.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos que participaram do estudo foram 23 Orientadores Educacionais das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS. Todos do sexo feminino; dado relacionado à aceitação de participação dos pesquisados e ao índice extremamente baixo de Orientadores do sexo masculino e não por critério aleatório definido pela pesquisadora.

De acordo com Dados sobre os Orientadores Educacionais da Rede Municipal de Pelotas, no ano de 2008, fornecidos pelo Departamento de Políticas Educacionais - SME, a rede conta com 90 escolas, 30 O.E Concursados, 09 Contratos efetivos, 05 Contratos administrativos, e duas cedências para outras Instituições, logo, 44 profissionais estão nas escolas, realizando o trabalho na implantação e implementação do serviço nas comunidades e dois estão cedidos para outras Instituições.

Do total de 46 Orientadores Educacionais existentes na Rede Municipal, considerando os dois profissionais cedidos que prestavam assessoria em outras Instituições por ocasião da pesquisa, foi tomado como base o nº total de O.E em atividade na Rede durante a pesquisa, logo, 52% participaram da pesquisa, sendo considerado uma limitação ao estudo, que pretendia retratar a totalidade da realidade com fidelidade no momento da investigação.

4.3 ASPECTOS ÉTICOS

A proposta envolveu exclusivamente a realização de questionário estruturado e semi-estruturado, com aplicação de questionários e técnica de avaliação através de Grupo Focal. A confidencialidade da informação individual e o direito de recusa em participar foram plenamente garantidos. O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas, de acordo com a Portaria 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para coletar as informações foram utilizados dois instrumentos: questionário com perguntas fechadas e abertas e grupo focal¹⁵. O questionário constou de onze perguntas fechadas e abertas e foi aplicado todos/as Orientadores/as, permitindo traçar perfil dos profissionais na Rede Pública Municipal de Pelotas/RS. O grupo focal foi escolhido através da aplicação de sorteio aleatório e contou com seis Orientadoras que mediante dinâmica contendo roteiro para discussão foi mediada e coordenada pela pesquisadora.

Inicialmente a intenção era contar com o suporte da Secretaria Municipal da Educação para auxiliar nos encontros com os profissionais sujeitos da pesquisa, distribuição do material e obtenção dos dados oficiais necessários para subsidiar as reflexões, haja vista o entendimento de que para o poder público, independente da esfera, seria considerado positivo e passível de auxílio financeiro e redução de jornada de trabalho para estudo que o corpo de seus servidores estivesse em constante aperfeiçoamento e qualificação. O fruto dessa qualificação se refletiria então, na qualidade dos serviços prestados à comunidade, conforme recomenda a LDB nº 9394/96, aos profissionais da área da educação. (Lei 9394/96, art.62, § 2º) No entanto, ainda não vislumbramos a concretização desta recomendação, uma vez que há somente a redução de 1/3 da carga horária, considerada insuficiente pelos

¹⁵ Grupo Focal é um procedimento de coleta de dados, técnica pertencente a categoria mais geral de pesquisa não estruturada, prevê a discussão e avaliação do tema abordado. Os grupos focais servem à pesquisa qualitativa utilizando a interação grupal para produzir dados e insights que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Disponível em: <<http://periódicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/RT/capturecite/202/213>>. Acesso em jan. 2010.

servidores, e a lei¹⁶ que prevê auxílio financeiro aos profissionais da educação para estudar, embora criada há 20 anos, não foi implementada no que se refere ao capítulo XIV, artigo 46, que trata sobre o aperfeiçoamento e atualização dos profissionais da educação.

Outrossim, digno de registrar o avanço obtido com a aprovação da Lei Municipal n.º 3.310 de 25 de julho de 1990¹⁷ concedendo gratificação especial aos servidores das áreas da saúde e da educação que desempenham suas funções em locais de difícil acesso.

Não sendo possível a operacionalização, como fora previsto pela pesquisadora no que tange a parceria com a Secretaria da Educação, recorreu-se ao Núcleo dos Orientadores Educacionais de Pelotas - NOEPEL, vinculado à Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul.

A Associação dos Orientadores do Rio Grande do Sul¹⁸, fundada em 09 de março de 1966, é uma entidade jurídica civil, sem fins lucrativos, autônoma, sem vinculação nem discriminação de caráter político - partidário ou de qualquer outra natureza, de duração indeterminada, com sede e foro em Porto Alegre e jurisdição territorial em todo o Estado do Rio Grande do Sul. É voltada aos interesses dos Orientadores Educacionais e, também, aos demais especialistas, professores e trabalhadores em educação. Os associados são Orientadores da Rede Estadual, Municipal, Federal e Particular de ensino; também associa estudantes de Pedagogia - Habilitação Orientação Educacional, como sócio colaborador.

A finalidade¹⁹ da Associação, única de âmbito estadual, se registra fundamentalmente em promover a articulação e representação dos Orientadores Educacionais no estado e no país, reivindicar uma política social e educacional que atenda aos interesses e necessidades da maioria da população brasileira e mobilizar a categoria na busca de uma escola pública e de qualidade, garantindo o espaço dos orientadores educacionais e suas atribuições.

A entidade possui várias publicações, entre elas: a revista *Prospectiva*, única revista especializada em Orientação Educacional da América Latina; *Cadernos* contendo na íntegra o material produzido pelos ministrantes dos Cursos de

¹⁶ Lei Municipal n.º3198 de 09.05.1989 - Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Pelotas.

¹⁷ Fonte: Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br/legislação>> Acesso em: 10 jul. 2009.

¹⁸ Fonte: Disponível em: <www.aoergs.org.br>. Acesso em: 24 nov. 2008.

¹⁹ Contida na página virtual da Associação. Disponível em: <<http://www.aoergs.org.br>> 24 nov. 2008.

Produção de Vida e Sentidos; o jornal Prenúncio, de tiragem trimestral que mantém o associado informado sobre questões referentes à Orientação Educacional e educação, bem como as frentes de luta e conquistas da AOERGS e Núcleos e um referencial político pedagógico que busca responder constantemente aos desafios que a sociedade impõe a toda a comunidade escolar. O Núcleo dos OE de Pelotas atua assim como a sua mantenedora, através de uma Diretoria Colegiada, composta por Diretoria de Planejamento, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças, Diretoria de Formação, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, possui abrangência das redes estadual (municípios que compõem a 5ª Coordenadoria da Educação) e rede municipal (escolas municipais de Pelotas).

Não foi fácil colher as informações, porém com a estrutura disponibilizada pelo Núcleo dos Orientadores Educacionais de Pelotas, através da sua Diretoria Colegiada foi possível o espaço inicial que se pretendia para a publicização do Projeto de Pesquisa, que ocorreu em 08 de abril de 2009, (convite em anexo) no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, que cede suas dependências numa parceria para encontros de qualificação, assim como o CPERS/Sindicato, concede aos integrantes do Núcleo uma sala para as reuniões mensais, porque o NOPEL não possui sede própria, mas, mantém uma agenda organizada com momentos para formação, articulação e planejamento, mesmo com estas dificuldades.

No encontro, foi apresentada a Pesquisa, distribuído aos sujeitos da mesma, um questionário com dez questões objetivas que tinham a intencionalidade de identificar quem são os profissionais da Orientação Educacional na Rede Pública Municipal de Pelotas, formação, escolas, bairros, carga horária e número de alunos; e sete perguntas subjetivas que permitiriam entender as concepções de educação contidas na prática profissional do O.E resgatando suas ações e identificando quais destas ações auxiliam na emancipação dos sujeitos e quais apenas reproduzem a estrutura de exclusão da sociedade capitalista. Foi entregue o Termo de Consentimento aos participantes da pesquisa para utilização dos dados pela pesquisadora posteriormente, e realizado o Sorteio para os Encontros do Grupo Focal, definindo-se as datas de 28 e 29/04 e 03/05 para a concretização do segundo instrumento de coleta de dados que proporcionou aprofundar algumas questões que constavam do primeiro instrumento.

Foi realizada pesquisa documental para obter a legislação que amparou legalmente a profissão do Orientador Educacional no Brasil e, posteriormente, a coleta de dados configurou-se através dos seguintes passos:

- Contato com a Secretaria Municipal de Educação oficializando a realização da pesquisa e solicitando encontro com as Orientadoras Educacionais da Rede.
- Reunião com o Núcleo dos Orientadores Educacionais de Pelotas - NOEPEL, entidade ligada à Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio Grande do Sul- AOERGS, para montagem do Encontro de Formação onde seria publicizado a pesquisa.
 - Autorização para Pesquisa através do Termo de Consentimento.
 - Preenchimento do Questionário pelas O.E. da Rede Municipal.
 - Reuniões do Grupo Focal.
 - Processamento e Análise dos Dados.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Foram entrevistadas 23 Orientadoras Educacionais, da Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS, todas do sexo feminino. Os dados foram coletados mediante questionário auto aplicado, de perguntas objetivas distribuídas em 10 quesitos na primeira parte.

Nas questões de 2 e 3, identificou-se a idade e a Formação Acadêmica dos Profissionais que atuam na OE das escolas, conforme quadros 3 e 4, abaixo:

Faixa Etária	N.ºde O.E
20-30	2
30-40	4
40-50	12
50-60	4
60-70	1
Total	23

Quadro 3: Faixa Etária das O.E

Fonte: do autor

Formação Acadêmica	N.º de O.E
Curso superior em Pedagogia	23
Habilitação em Orientação Educacional	22
Pós Graduação (Especialização) em Orientação Educacional	1
Pós Graduação (Especialização) em Gestão Escolar.	2
Pós Graduação (Especialização) em Educação Brasileira	1
Pós Graduação (Especialização) em Educação Infantil	2
Pós Graduação (Especialização) em Psicopedagogia	6
Pós Graduação (Especialização) em Educação	3
Pós Graduação (Especialização) em Psicopedagogia e Educação Especial	1

Quadro 4: Formação Acadêmica

Fonte: Instrumento de Pesquisa

Com relação à carga horária de trabalho dos Profissionais pesquisados, quadro 5, evidenciou-se que os mesmos possuem uma sobrecarga de trabalho tendo em vista que a maioria dos Orientadores cumpre na rede municipal uma

jornada de 40 h semanais. Entre as condições de trabalho investigadas junto aos Orientadores Educacionais, verificou-se que 47,8 % destes, exercem atividade em outra unidade escolar de rede estadual ou particular para aumentar sua remuneração.

Soma-se a este cenário ainda o cumprimento de tarefas domésticas, pois as entrevistadas são todas mulheres, desempenhando assim, tripla jornada, conforme mostra a quadro 6.

Carga Horária			
Orientador Educacional	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Particular
01	20h	–	–
12	40h	–	–
07	40h	20h	–
01	60h	–	–
01	20h	20h	20h
01	20h	20h	–

Quadro 5: N.ºde O.E e Carga Horária respectiva, nas Redes Municipal, Estadual e Particular.

Fonte: Instrumento de Pesquisa

Observamos com o quadro 5 que: do total dos sujeitos pesquisados 22 cumprem carga horária mínima de 40h semanais e destes, 9 vão além, cumprindo jornada de 60h, e apenas um profissional possui carga horária de 20h semanais. O quadro abaixo complementa a análise, constatando que mesmo a maioria dos orientadores cumprindo uma jornada de 40h, esta não se dá apenas em uma escola, o que pressupõe apropriação de realidades específicas das comunidades, exigindo mais do profissional.

O.E	Etapa que atua	Turnos que atua	N.º de escolas	Bairros	N.º de alunos
1	Ens. Fundamental	M	2	Escolas do Campo (zona rural)	71, 226
2	Ens. Fundamental	M e T	1	Fragata	470
3	Ens. Fundamental	M e T	1	Não respondeu	536
4	Educação Infantil Fundam. e Médio	M, T e N	4	Escolas do Campo (zona rural)	60,20,60, 600
5	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	M e T	1	Sta. Therezinha	450
6	Educação Infantil, Ens. Fundamental	M, T e N	1	Escola do campo (Z. Rural	400
7	Não respondeu	M e T	2	Sta. Therezinha	120, 800
8	Educação Infantil Fundam. e Médio	M, T e N	3	Centro, Fragata e Areal	350, 350 3.500
9	Educação Infantil	M e T	3	Fragata	100,75, 45
10	Ensino Fundamental	M, T e N	2	Vila Princesa, Fragata	1500 (Total)
11	Ensino Fundam. e Ensino Médio	M, T e N	2	Simões Lopes	810,430
12	Educação Infantil	M e T	3	Areal e Lindóia	90,60,60
13	Educação Infantil e Ensino Fundam.	M e T	1	Areal	900
14	Ensino Fundam.	M, T e N	1	Fragata	566
15	Ens. Fundamental	M, N	1	Centro	762
16	Educação Infantil, Ensino Fundamental	M, T e N	2	Centro e Três Vendas	3000, 1000
17	Ensino Fundamental	M, T	2	Três Vendas	900 (Total)
18	Educação Infantil	M, T	2	Fragata	100, 75
19	Educação Infantil	M, T	3	Fátima, Santa. Terezinha, Tablada	46,56 e 80
20	Ensino Fundam. E Ensino Médio	M, T e N	2	Centro e Fragata	Não respondeu
21	Ensino Fundamental	M e T	1	Centro	400
22	Ensino Fundamental	M e T	2	Sítio Floresta e Areal	300, e 900
23	Não respondeu	N R	N R	N R	N R

Quadro 6: Etapa, turnos, n.ºde escolas, bairros e n.ºde alunos atendidos.

Fonte: do autor

O quadro nº 6 retrata uma realidade ampla, colhida nos questionários e reflete os muitos desafios que enfrentam os profissionais da Orientação Educacional no município de Pelotas, visto que atuam em todas as etapas da educação básica oferecidas na rede. Vinte e um O.E, trabalham em dois turnos, oito em três turnos, e quatorze trabalham em mais de uma escola, logo, como integrante da equipe de planejamento da escola, necessitam se apropriar das realidades de cada comunidade em que atuam e além destas, as modificações da legislação educacional, as inovações do currículo escolar e demais articulações decorrentes da vinculação escola, família e sociedade, no intuito de resguardar o oferecimento de qualidade nas relações e domínios que envolvem a aprendizagem.

Acrescente-se a estes, as evidências de que principalmente na realidade dos Orientadores Educacionais da educação infantil, está presente o trabalho em bairros distantes da cidade, como pode ser verificado nos mapas dos referidos bairros do município. Com relação ao trabalho dos O.Es nas escolas do campo, além das distâncias que estas possuem do centro da cidade, é importante reconhecer que a dinâmica do trabalho que as circundam é peculiar. As escolas do campo geralmente são compostas de apenas uma sala de aula, não possuem toda a equipe que conta uma escola urbana, exigindo que os profissionais tenham outras incumbências. A estrutura dos prédios é precária, e também agravada pela distância que educandos precisam percorrer para chegar a elas. Os currículos não são interessantes, porque não fazem parte do cotidiano destes, ensejando outros estudos pedagógicos por parte de todos os envolvidos no processo de aprendizagem nessas escolas, em especial os Orientadores Educacionais, pois a educação nas escolas do campo pode, de acordo com a qualidade de investimentos pelo poder público, constituir-se em uma possibilidade de permanência dos filhos dos agricultores na zona rural.

Combinando a análise dos dois quadros, 5 e 6, respectivamente, é pertinente registrar que a especificidade do trabalho do Orientador, associada ao deslocamento de uma escola para outra, que é a realidade de pelo menos 60% dos profissionais, traz também o desgaste físico e adaptação a diferentes realidades, logo, a elaboração, o planejamento e a execução de tarefas distintas aumentam a sensação de cansaço, podendo causar exaustão e desencadear a Síndrome de Burnout, conforme Maslack (1986):

“Burnout é uma “síndrome de fadiga emocional, despersonalização e de uma auto-estima reduzida, que pode ocorrer em indivíduos que trabalham em contato direto com clientes e pacientes”.

Segundo Ferreira (2009)²⁰, em seu artigo sobre os Orientadores Educacionais no Paraná, as pesquisas demonstram que o Burnout ocorre em “trabalhadores altamente motivados que reagem ao estresse laboral, trabalhando além dos seus limites até que entram em colapso”.

É também possível observar que além de trabalhar em várias escolas, o número de alunos sob a responsabilidade do Orientador extrapola o recomendado por Freire (apud NÉRICI, 1976, p.38)²¹.

[...] cada Orientador educacional deveria ter sob sua responsabilidade, no máximo 300 educandos. Número maior prejudicará a eficiência dos trabalhos, que terão de ser corridos e superficiais, sem a possibilidade de aprofundamento adequado nos trabalhos de assistência e aconselhamento.

5.1 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

Após as questões objetivas que se buscava investigar para conhecer um pouco quem são os profissionais da Orientação Educacional da Rede Pública Municipal em Pelotas hoje, seu trabalho, seus investimentos em formação, também a intencionalidade se registrava em identificar as crenças que envolviam o fazer pedagógico das Orientadoras Educacionais da Rede, passou-se então ao levantamento e entendimento das Concepções de Educação que transitam pelos espaços educacionais públicos do nosso município a partir dos relatos das Orientadoras, sujeitos da pesquisa.

As perguntas iniciais versaram sobre o que os Orientadores acreditam ser a Educação, a escola, e seus olhares e participação no Projeto Político Pedagógico da instituição que trabalham.

Identificou-se que a maioria das respostas faz referência à Educação como processo de transformação, meio de emancipação e autonomia, com vistas ao desenvolvimento das capacidades do ser humano, permeia todas as áreas do

²⁰FERREIRA, Denise. Os raros Orientadores Educacionais Concursados do Estado do Paraná, agonizam com a Síndrome de Burnout. Disponível em: <[http:// www.fasp.br/rafi](http://www.fasp.br/rafi)> Acesso em 18 abr. 2009.

²¹Aracy Muniz Freire foi Pioneira da Orientação Educacional no Brasil.

conhecimento, formação para a cidadania, valores e aprendizagens, acontece dentro e fora da escola, envolvendo ações de aprender e ensinar, posições estas evidenciadas que se coadunam com as exigências de uma educação dinâmica e libertadora, que reconhece as relações de poder, mas busca a superação da sociedade de classes, permitindo que cesse o primado da política e em consequência a subordinação da educação, como sustenta Saviani (1983; p.92) nas onze teses sobre educação e política. Com relação à fala das Orientadoras que acreditam no caráter processual da educação, buscamos a visão histórico-antropológica de Pinto (1982) que nos assegura que:

a educação é o decorrer de um fenômeno (a formação do homem) no tempo, ou seja, é um fato histórico no sentido de que representa a própria história individual de cada ser humano e no sentido de que esta vinculada à fase vivida pela comunidade em sua contínua evolução.

Da totalidade das respostas, somente duas profissionais posicionaram-se diferentemente das demais, quando comunicaram que entendiam a educação como transmissão de experiências e valores e conhecimentos adquiridos, a respeito destes posicionamentos também nos ampara Pinto:

a educação é por natureza contraditória, pois implica simultaneamente conservação (dos dados do saber adquirido) e criação, ou seja, crítica, negação e substituição do saber existente. Somente desta maneira é profícua, pois, do contrário seria a repetição eterna do saber considerado definitivo e a anulação de toda possibilidade de criação do novo e do progresso da cultura.

Porém, nos alerta Chossudovsky (1999), para que cuidemos da resolução de dois grandes conflitos nessa contradição, são eles:

o da instrução e o da educação. No que respeita à instrução, devemos abandonar numerosos princípios tradicionais que estão totalmente desadaptados às novas condições da vida social e econômica, assim como à evolução que prevemos. Temos de introduzir muitas inovações. Todos nós nos apercebemos da importância da educação politécnica, mas ainda não descobrimos que a formação social é pelo menos de importância igual, embora seja negligenciada. Essa formação social é fundamental, não só porque um número crescentemente vasto de trabalhadores será usado no setor dos serviços em detrimento do setor de produção, mas, sobretudo porque na sociedade do futuro cada profissão será revestida de caráter social e cada cidadão tornar-se-á membro responsável da democracia.

A Educação tradicional amparou-se sempre na certeza de que o ensino deveria reproduzir os valores e a cultura da sociedade. Com o surgimento da Educação Nova, um novo modelo surge, onde há a ruptura da convivência harmoniosa entre educação e sociedade, começam a ser discutidas outras possibilidades a partir de Rousseau.

A escola continua trilhando novos caminhos, descobrindo uma nova função social, com a educação popular socialista e permanente, começa neste momento da história o processo de luta pela superação das desigualdades sociais dentro da educação, numa relação contrária, mas interdependente da sociedade.

Após o desafio tecnológico em 1969, a função da escola é então ensinar a pensar, a decifrar a linguagem, qual linguagem, perguntaríamos?

E nessa escola qual seria o papel dos Orientadores Educacionais?

Sáímos parcialmente da era da mecanicidade, e em 1970 no ano Internacional da Educação a UNESCO cria uma Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação para pensar as dificuldades da área, a comissão defendeu o princípio da Educação Permanente como fundamento para a educação do futuro, porém não advieram destes estudos medidas que impulsionassem a qualidade dos sistemas de ensino na proporção que avançou o mercado das redes de comunicação no mundo, McLuhan (*in GADOTTI e LENZI, 1989*) traz a ideia da aldeia global, onde a tecnologia, diz ele, provoca a união dos povos do mundo, e os limites a que será submetida a produção e o consumo serão os da imaginação humana, e a “escola clausura” será a “escola-planeta”. As abordagens educacionais da década de 80, no Brasil, eleitas pelos Orientadores Educacionais, passam nesse momento mais democrático do país, por leituras de teóricos como Bourdieu, Passeron, Establet, Althusser e Snyders, onde a questão da escola reprodutora do sistema social começa a ter uma repercussão na realidade, como ampara Grispun (2002, p. 23), a escola passa a ser questionada pelos O.Es quanto a seus objetivos e propósitos, e a exclusão social ganha espaço nas reflexões e discussões.

A Escola é, para 80% das Orientadoras, espaço de oportunidades, espaço social, onde se dão relações, convivência, aprendizagens, “aprendência e ensinança”, formação, construção, desenvolvimento permanente, reflexo da sociedade, mas também há a crença de 8,6% de que a Escola é uma Instituição

responsável pela transmissão do conhecimento científico, 4% acreditam que a escola é o segundo lar e 8,6% não responderam.

Refletindo sobre os posicionamentos, convido Grispun (2002, p.30) para dividir nessa análise a responsabilidade provisória de reflexão, onde ela explicita sua crença:

Acredito que existam conflito de paradigmas para que se efetive a orientação desejada, mais por força dos próprios paradigmas vigentes nas ciências sociais e, portanto, do papel destinado à orientação, do que um conflito interno de sua permanência ou não na escola. Só uma orientação contextualizada poderá nos mostrar as alternativas de que a escola dispõe para que o seu papel seja de aliada e parceira. Dessa forma, a escola cumprirá seus objetivos e finalidades na formação do cidadão.

O Projeto Político Pedagógico foi também alvo de investigação, pois é um documento que organiza e sistematiza o trabalho na escola, pressupõe a participação de todos os segmentos da Comunidade escolar, corpo discente, docente, direção, coordenação pedagógica, secretaria, biblioteca, pais e orientação educacional, e os O.Es entendem, unânimemente, que o instrumento deve refletir o desejo de todos os envolvidos na escola.

As escolas públicas elaboram seus projetos político pedagógicos como uma referência do que acreditam e do que querem concretizar, assegurando que esta construção se dê através da reflexão sobre a realidade da comunidade onde a escola esta inserida.

O Projeto Político Pedagógico deve ser implementado ou alterado assim que for identificado por seus membros que sua operacionalização não mais se coaduna aos princípios iniciais de seus questionamentos, de suas vontades.

Para que esta reformulação seja constante, é necessário avaliação permanente.

O documento deve revelar quem é a comunidade escolar a que a escola pertence, sua história, mapear quais são os problemas que possui, os caminhos que pretende trilhar para sua resolução e a garantia de manutenção de sua autonomia através da gestão democrática.

A respeito disso, é interessante constatar que a maioria das Orientadoras ao falarem sobre o PPP, não teceram críticas às orientações advindas dos sistemas de ensino, no caso específico que tratamos, o sistema municipal que está

subordinado ao sistema estadual que vincula-se ao sistema federal que, por sua vez, atende às recomendações dos órgãos financiadores internacionais, principalmente no que se refere à avaliação, que é, segundo Silva (2003). “Deslocada do processo ensino-aprendizagem. Busca-se quantificar, punir, premiar os bons ou corrigir desvios. O que importa é alcançar os resultados”.

Ainda em Silva, (1999, p.144)

“No início dos anos 90, o movimento dos educadores em defesa da escola pública exerciam uma postura ativa exigindo que o PPP se constituísse no centro das discussões da escola”. Esse momento se desvaneceu e coincide com uma aproximação do governo federal das agências multilaterais de empréstimos e com a retomada das negociações que geraram novos empréstimos para a educação brasileira.

5.2 A AÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A atuação do Orientador Educacional prevê o envolvimento com todos os segmentos da comunidade escolar.

Todas as Orientadoras Educacionais declaram possuir boas relações de convivência com a comunidade escolar que envolve a família, os colegas de trabalho, os educandos e a equipe diretiva.

Em relação à educação, as ações dos Orientadores Educacionais traduzem as esperanças de estar contribuindo nas lutas sociais questionando e avançando sua práxis em relação ao rompimento do paradigma naturalizador de uma realidade injusta e hostil ao ser humano, conforme Melo (2005, p.12).

A Orientação Educacional reafirma sua passagem lúcida de um profissional do consenso, para um profissional do conflito, de explicitação das contradições que mascaravam e mascaram uma sociedade excludente e cruel [...], e se compromete com um paradigma emancipatório de Orientação Educacional. [...] desinstalar, desacomodar, são verbos próprios hoje da O.E, substituindo o carcomido ajustar.”

Porém também registra o estudo, que nesta categoria profissional, há atuação voltada para atender os interesses definidos pelo poder político-econômico, demonstrado através do dado que responde que uma das ações que realiza é a participação na elaboração e organização dos Conselhos de Classe. Esse dado não responde por si só pela manutenção sem reflexão de uma tarefa mecânica sem

sentido nos espaços da escola, como sabemos que tem sido a realização dos Conselhos de Classe nos finais de trimestre, mas suscita, no mínimo discussão sobre o assunto.

Os Conselhos de Classe sempre foram uma preocupação constante dos OEs, eles constam hoje dos Regimentos Escolares e dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, como um espaço democrático onde todos os segmentos da escola participam, mas nem sempre acontece dessa forma, segundo corrobora Mattos (2005, p. 217):

O Conselho de Classe é uma instância normativa coletiva de avaliação, mas, são vistos em algumas escolas como uma discussão livre[...]avaliam apenas alunos e alunas e não a interação pedagógica, há nesses espaços, julgamentos fatalistas, preconceituosos e discriminatórios sobre alunos e alunas que possuem dificuldades educacionais.

As ações que realizam na escola foram discriminadas da seguinte forma:

5.2.1 Com as famílias dos educandos

A comunicação e a interação da escola com a família são imprescindíveis para o sucesso das crianças e adolescentes na escola. Um dos papéis considerado muito importante pelo Orientador Educacional é o conhecimento da realidade que circunda o universo dos educandos fora da escola, para aproximação da família na intenção de dialogar acerca do acompanhamento necessário para um bom desempenho escolar, nesse sentido as ações do profissional constam de:

- Planejamento e execução de Projetos que visam ao cumprimento da proposta pedagógica da escola e do conhecimento e aprovação desta pelos responsáveis pelos educandos.

- Acolhidas à família, acontecem normalmente em encontros no início do ano letivo para acompanhar o processo de ingresso dos alunos na escola.

- Atendimento à família, quando solicitado.

- Aconselhamento e orientação no que se refere aos temas atuais, como prevenção de uso e abuso de drogas, maus-tratos e abusos sexual, gravidez na adolescência, acompanhamento escolar.

- Atendimento junto com a coordenação pedagógica e professores aos pais, nos finais de trimestre para identificar formas de auxiliarem os educandos nas suas dificuldades de aprendizagem.

- Encaminhamentos aos Serviços de Saúde, quando necessário a atuação de outros profissionais para auxiliar as famílias e a escola na identificação das dificuldades pedagógicas, quando se manifestam.

5.2.2 Com o Corpo Docente

- Orientação aos professores no que se refere ao desenvolvimento dos educandos;

- Auxílio aos professores para superar situações de violência na escola.

- Ações solicitadas pela escola.

- Organização de reuniões, orientação individual e em grupos, abordando temas educacionais;

- Participação na elaboração e execução dos Conselhos de Classe;

- Participação nas reuniões pedagógicas;

- Ação integrada com o corpo docente;

- Estudos de grupo;

- Acompanhamento à frequência;

- Atuação nos eixos relacional, pedagógico e organizacional;

- Participação na organização do PPP;

- Avaliação do processo educativo junto com a comunidade escolar.

5.2.3 Com o Corpo Discente

- Atende os educandos nas várias áreas da Orientação Educacional.

- Realiza processo de eleições para representantes de Turma e Professores conselheiros de Turma;

- Orientação Profissional.

- Atendimento em grupos para desenvolver os projetos da escola, nas diversas áreas do conhecimento.

5.2.4 Com a Equipe Diretiva

- Trabalho de planejamento juntamente com a Equipe Diretiva;
- Colabora na discussão e construção do PPP, dos Regimentos Escolares e dos Planos de estudo que a Instituição escolar desenvolve.
- Trabalha na promoção de uma educação voltada para a cidadania aos direitos humanos.
- Intervém em situações de constrangimento, abuso ou excesso de autoridade no interior das escolas.
- Denuncia aos órgãos responsáveis, juntamente com a Equipe Diretiva, as situações de descumprimento do ECA.
- Defende a educação inclusiva.
- Investe na interdisciplinaridade como forma de superar a fragmentação do ensino.

De todas as ações, os profissionais declinaram maior importância ao Planejamento e apontaram as que dão maior prazer ao realizar, que segundo o levantamento, são aquelas que proporcionam o diálogo, a alteração de comportamento e as que resultam em evidências de que a intervenção do Orientador Educacional resultou em crescimento para os envolvidos nas dificuldades, discussões e encaminhamentos dentro da escola.

5.3 A COERÊNCIA ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

Observamos nos resultados objetivos e nas falas das O.E que participaram do trabalho, que o discurso e a prática da formação estão presentes hoje nas ações destes profissionais no interior das escolas.

Para fazer a análise da aproximação do que promovem hoje os Orientadores da Rede Pública Municipal de Pelotas é imprescindível trazer a problemática da Formação do Orientador Educacional.

A Formação em Orientação Educacional, além de orientar, necessita reconstruir-se do ponto de vista das ciências para diminuir o distanciamento entre as teorias e as práticas.

Percebemos que a formação do pedagogo habilitado ou especializado em Orientação Educacional requer muito mais da formação para conectar-se na ação reflexiva de sua prática profissional.

Nos cursos de formação, o entrelaçamento entre as discussões filosóficas, a reconstrução histórica da Orientação Educacional e da legislação educacional é a proposta para que se qualifique o fazer do Orientador Educacional,

Nas questões onde perguntamos acerca dos conceitos sobre educação, mencionaram alguns profissionais que a educação ainda seria a transmissão de conhecimentos, embora poucos o tenham dito. Essa fala revela uma incoerência, ou uma deficiência na formação, pois, há muito se repensa a Orientação Educacional dos indivíduos, conforme Mészáros (2008, p. 83):

Uma vez que o significado real de educação, digno de seu preceito, é fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação - das quais são também os produtores mesmo sob as condições mais difíceis - todo sistema de educação orientado à preservação acrítica da ordem estabelecida a todo custo só pode ser compatível com os mais pervertidos ideais e valores educacionais.

Com Freitas (2009, p.11), no que se refere à formação, indagamos também: Como pensar a formação do Orientador? Diz ela:

Buscar a análise de qual é a relação estabelecida, através de um preconceito na preparação para o mercado de trabalho e não para a elaboração da sistematização do pensar homogêneo ou heterogêneo a participação não só para “apertar parafusos.

Identificamos a necessidade de várias ações na implementação política educacional do município que garantam para além da formação inicial, a formação continuada, muito embora 96% das OEs possuem especialização recente, anseiam por condições para continuarem estudos de aperfeiçoamento e qualificação.

Ainda sugerem para melhorar o trabalho, investimentos do poder público municipal no fortalecimento da rede de proteção social às crianças, adolescentes e adultos que buscam a escola, a designação de apenas uma escola para o Orientador Educacional, redução da jornada de trabalho, qualificação profissional permanente, aumento do número de profissionais na rede e sistematização das

reuniões com os Orientadores da Rede Municipal, pela Secretaria Municipal da Educação.

6 CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

O objetivo do trabalho era identificar na rede pública de ensino do município de Pelotas, as concepções contidas nas práticas dos profissionais da Orientação Educacional, que integram há aproximadamente dez anos o quadro de cargos do município, e resgatar suas ações, no sentido de vincular suas contribuições na área da educação para a emancipação dos sujeitos do ato educativo, ou para a manutenção de uma realidade injusta, servil e excludente, que preserva a alienação das classes desfavorecidas.

Foram provisoriamente respondidas neste estudo questões como:

Quem é o Orientador Educacional em Pelotas? Quantos são? Que formação eles têm? Que lugar possui este profissional na rede pública de ensino? Como trabalha?, Quais são suas crenças? A quem serve? Quais seus espaços de luta?.

Na área da educação, muito se tem investigado sobre outros sujeitos do ato educativo; educadores, educandos, gestores educacionais, mas pouco sobre os Orientadores Educacionais, que se reconhecem como profissionais que lutam para reconstruir numa perspectiva emancipatória o paradigma da esperança, conforme Melo (2006, p.12):

E nesta percepção, percebemos que só nos compreendendo como seres humanos construtores e construídos, aprendendo, desaprendendo e tornando a aprender é que nós OEs, podemos fazer e sermos feitos pela história como possibilidade e não como determinação, pois assim, podemos viver a subjetividade na riqueza cotidiana das trocas intersubjetivas de seres que se sabem inacabados em processo educativo permanente de busca de nossos sonhos.

Por isso, o trabalho defende a necessidade de trazer as razões do fazer Orientação Educacional em Pelotas e sintetiza os principais e transitórios resultados:

A principal constatação se refere à confirmação da hipótese de que os OEs de Pelotas comprometem-se com uma prática profissional que corresponde às indicações teóricas que subsidiaram o estudo, ou seja, a maioria estabelece uma relação direta de sua crença na educação transformadora de realidades com sua prática contribuidora para tal transformação, não numa leitura parcial da intelectualidade orgânica, tampouco no equívoco da adoção de pressupostos

materialistas que considera que nada há por fazer para alterar a realidade, conforme aponta Kuenzer (2002 , p.65).

A superação desses limites só é possível pela categoria contradição, que permite compreender que o capitalismo traz inscrito em si, ao mesmo tempo, a semente de seu desenvolvimento e de sua destruição. Porém é com base nessa compreensão que se deve analisar a unitariedade como possibilidade histórica da superação da fragmentação.

Acrescenta Lucas (2006, p. 30):

Com as novas formas de relação entre escola e sociedade no capitalismo, intensifica-se a contradição entre as demandas do disciplinamento postas pelo novo regime de acumulação e as possibilidades de emancipação humana. Do ponto de vista de uma Pedagogia emancipatória, alargam-se significativamente as funções da escola que pretenda construir respostas à crescente precarização do trabalho e à exclusão dos trabalhadores.

O profissional da Orientação Educacional percebe-se com um bom relacionamento e entrosamento com a comunidade escolar, esse dado também é defendido por Lucas (2006,31), onde entende que com um bom relacionamento o profissional,

evita a percepção de que a escola trabalharia melhor sem técnicos, que ficam disputando poderes entre si, enchendo os docentes com papéis para serem preenchidos (burocratizando o trabalho) introduzindo ruídos na comunicação, marcando reuniões [...]

O registro da relevância do planejamento como uma das ações no trabalho do OE, evidenciado também, é um indicativo que o profissional quer qualificar seu trabalho, para isso sugeriram a montagem anual de projetos de trabalho capazes de exterminar com as reclamações da categoria que vê, por vezes, sua atuação reduzida à “quebra galho”, “apagadores de incêndio”, “tapadores de buraco”.

Os resultados trouxeram, também, a evidência do prazer vivenciado pela categoria profissional da rede, quando possuem êxito nas demandas exigidas pelo sistema de ensino, ou seja, quando veem vencidos problemas como a evasão, repetência, infrequência e abandono, e relacionam seu sucesso à ação integrada da administração, coordenação e orientação educacional na escola, sem, no entanto,

praticar a perversidade de dar status científico à discriminação feita em relação aos alunos, como acontecia algum tempo atrás. O professor identificava práticas discentes não condizentes com sua formação e imediatamente rotulava o aluno, identificando uma gama infinita de problemas que não o comprometessem, a respeito disso cito Lucas (2006, p. 31):

problemas neurológicos, déficit de atenção, hiperatividade e outros, contando com o endosso da orientação educacional neste procedimento. Tal prática alimentava outra distorção: a síndrome do encaminhamento e a do chamamento à família para comunicar dos problemas dos filhos.

Tal prática hoje é reflexiva e está vinculada ao pedagógico, mesmo reconhecendo as atividades rotineiras da escola como um aspecto negativo que distancia a ação-reflexão-ação, limitando o pensar, o agir e o sentir, mas tendo a convicção da proposta de fazer Orientação Educacional, envolvendo a dinamização, discussão e interferindo nas dinâmicas dos processos sociais da escola.

Também esteve indiretamente presente a intencionalidade na pesquisa em subsidiar políticas de valorização do profissional, à medida que foi buscado interpretar as dificuldades e os anseios dos profissionais, confirmando em suas sugestões, algumas estratégias e investimentos para melhorar o trabalho do Orientador Educacional na rede pública municipal de ensino em Pelotas.

Ao finalizar o estudo é possível registrar consonância entre os resultados da pesquisa e as sustentações da literatura revisada no que se refere às concepções de educação dos Orientadores Educacionais e as ações que desenvolvem decorrentes destas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. ***Aparelhos Ideológicos de Estado***. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Mo Jung. ***Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para Esperança***. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BANCO MUNDIAL. ***El financiamiento de la educación en los países en desarrollo: opciones de política***. Washington, DC, 1986.

BANCO MUNDIAL. ***Prioridades y estrategias para la educación***. Washington, DC, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ***Valores socioculturais e Orientação educacional***. IV Encontro Nacional de Orientadores Educacionais. Goiânia, n.2,1977.

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CP n. 1. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

CODO,W.:(Coord.). ***Educação: carinho e trabalho. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da Educação***. São Paulo: Vozes, 1999.

CHALITA, Gabriel. ***Pedagogia do Amor***. São Paulo. Editora Gente.2003.

CHAUÍ, Marilena. ***Convite à Filosofia***. São Paulo: Ática, 2000.

CHOSSUDOVSKY, Michel. ***A globalização da pobreza : impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial***. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

DEJOURS, C. ***A Loucura do trabalho***. São Paulo: Oboré, 1994.

DEMO. P. ***Ciências sociais e qualidade***. São Paulo: Almed, 1985.

_____. ***Pobreza Política***. São Paulo; Autores Associados.1988.

_____. ***Participação é Conquista***. Noções de Política Social Participativa. São Paulo: Cortez, 1999.

EISENSTEIN, Evelyn. ***Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes***. Petrópolis: Vozes, 1993.

ENGELS, F. ***“Carta a Joseph Bloch, 21 de Setembro de 1890”***, in Marx, K. – Engels, F. ***Obras Escolhidas***, tomo III, Lisboa: Avante, (p. 547-49).

_____. ***Textos sobre educação e ensino***. São Paulo: Moraes, 1992.

ENGUITA, Fernandez Mariano. ***A Face Oculta Da Escola:Educação e Trabalho no Capitalismo***. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre. Artes Médicas.1989

FRANÇA, A. C. L; RODRIGUES, A . L. **Estresse e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas, 1997.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A Participação Social dos Excluídos**. São Paulo: Hucitec, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

_____; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre Educação - Diálogos**. v 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREITAS, Ana Paula Menezes de. Os Outros na/da relação com o orientador educacional in **V Seminário Internacional**. As redes de conhecimentos e as tecnologias: os outros como legítimo OUTRO. Rio de Janeiro – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009, (CD-ROM) Completo.

_____; O Trabalho do Orientador Profissional e Educacional na pós-modernidade: Razão e Desrazão entre a teoria e prática. In **Centenário dos Franceses Merleau-Ponty e Simone de Beauvoir**: resistência, arte e contracultura. Fortaleza. Centro de Humanidades da UECE, 2008, (CD-ROM) completo.

FROMM, Erich. **Ter ou Ser**. Rio de Janeiro: Zahaar editores, 1977.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. Guia da Escola Cidadã. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. História das Idéias Pedagógicas. Série Educação. São Paulo. Ática. 8 ed. 2002.

GARCIA, Regina Leite. **Orientação Educacional- afinal a quem serve?** Cadernos Cedes. 6: 28-36.jun. São Paulo: Cortez, 1982.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini. **Orientação educacional na prática: princípios, técnicas, instrumentos**. São Paulo: Pioneira, 1994.

GRAMSCI, Antônio:**Concepção Dialética da História**, Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira,1995.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2004.

GRISPUN, Miriam P. S. Zippin. (Org.).**A Prática dos Orientadores Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A Orientação Educacional. Conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho Alcides. **Sociologia Crítica. Alternativas de mudança**. Porto Alegre, Mundo Jovem, 1995.

GUTIÉRREZ, Francisco, PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo:Cortez, 1999.

_____. **Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação**. São Paulo: Summus, 1978.

Harrison BJ. **Are you to burn out?** Fund Raising Manage 1999. 30:25-8.

KIND, Luciana. Psicologia em Revista, Belo horizonte,v. 10, nº 15, p.124-136, jun/2004.

KONDER, L. **O que é dialética?** (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho pedagógico:da fragmentação à unitariedade possível. In FERREIRA, Naura S. Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Para onde vão a orientação e supervisão educacional. São Paulo, Papyrus. 2002.págs, 47, 78.

LUCAS. Valéria M. Borges. O Orientador Educacional numa perspectiva de construção de sua identidade profissional. Revista Prospectiva. 2006. n.º 29. págs 29,32.

LEMME, Paschoal. **Memórias**. v.3, São Paulo: Cortez,1988.

LUCK, Heloisa. **Pedagogia Interdisciplinar - fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Ação Integrada. Administração, Supervisão e Orientação Educacional**. Petrópolis. Vozes. 2001

MAIA, Eni; GARCIA, Regina. **Uma Orientação Educacional nova para uma nova escola**. São Paulo: Loyola, 1984.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1980.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1977.

MARX, K. Prefácio. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 26-9.

_____. **Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório**, AIT, 1868. In: MARX, K

_____.(1848-1982). **Manifesto do Partido Comunista**, parte I, in Marx, K. – Engels, F. (1982) **Obras Escolhidas**, tomo I, Lisboa: Avante, pp. 106-117.

_____. (1852-1982). “Carta a Joseph Weydemeyer, 5 de Março de 1852”, in Marx, K. – Engels, F. **Obras Escolhidas**, tomo I, Lisboa: Avante, p. 555.

_____. (1859-1982). **“Prefácio a Para a Crítica da Economia Política”**, in Marx, K. – Engels, F. *Obras Escolhidas*, tomo I, Lisboa: Avante, p. 529-533.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. **Maslach Burnout Inventoury**. Palo Alto: Consulting Psychologist Press, 1986.

MATTOS.Carmem Lúcia Guimarães. O Conselho de Classe e a Construção do fracasso escolar.www.scielo.br acesso em 22 de agosto de 2009.

MCLUHAN,H.M. **Mutations**.1990.Paris,1969,p.35-58.Tradução de Moacir Gadotti e Mauro Angelo Lenzi, In Educação Municipal, São Paulo,Cortez, nº 5, Nov. 1989.

MESZÁROS. István. A Educação Para Além do Capital. Trad. Isa Tavares.São Paulo: Boitempo. 2008.

MELO, Sonia Maria Martins. Um Paradigma de Orientação Educacional para os Tempos Atuais. Revista Prospectiva- nº 29.p.12.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Metodologia de Pesquisa Social (Qualitativa) em Saúde. Rio de Janeiro, 1989. 366p. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. R.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.

NÉRICI. G. Imídeo. **Introdução a Orientação Educacional**. São Paulo: Atlas, 1976.

ORTEGA & GASSET, José. **Meditação da Técnica**. Rio de Janeiro, Livro Ibero Americano, 1963.

PARO, VICTOR H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. Campinas: Papirus, 1996.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo, Cortez, 1982.

PIMENTA, Selma Garrido. **Orientação Profissional (Um diagnóstico Emancipatório)**. São Paulo: Loyola, 1986.

RANGEL, Mary. **Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação**. In: FERREIRA, Naura Syria (Org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade.São Paulo: Cortez, 1999.

RODRIGUES, Neidson. **Lições do Príncipe e outras lições** – São Paulo :Cortez, Autores Associados,1995.

SEEMANN, Vânio César. Artigo. **Os Orientadores Educacionais e a Escola Pública de Ensino fundamental**. Revista Prospectiva. Nº 27.2003.

SIQUEIRA, Ana Maria da Silva. **Manual do Orientador Educacional**. Santa Maria, 1983.

SILVA, M.A. **Políticas para a educação pública: a intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional**. 1999. 327f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais: As Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. **As dimensões do projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário

Caríssimo (a) Colega,

Peço a gentileza responder as questões propostas neste questionário que servirá para a elaboração do Perfil dos Orientadores Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS, e constará na Dissertação de Mestrado “**O ORIENTADOR EDUCACIONAL NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – UM ESTUDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PELOTAS – RS**”

1. Sexo.

2. Idade.

3. Formação Acadêmica.

Ensino Médio.

Ano de conclusão.

Curso Superior.

Ano de conclusão.

Curso de Especialização.

Ano de conclusão.

Outros Cursos de Aperfeiçoamento.

4. Carga horária de Trabalho.

5. Tempo que atua na Orientação Educacional.

6. Etapa da Educação Básica em que atua:

7. Turnos de Trabalho.

8. Número de escolas que atende:

9. Bairro onde estão localizadas as Escolas:

10. Número de alunos (as) da(s) escola(s) onde trabalha.

11. O que é para você Educação?

12. O que é a escola?

13. Como é a sua relação com:

a. Com a Comunidade escolar?

b. Com os pais?

c. Com os alunos/as?

d. Com os Colegas?

14. Descreva as ações que você realiza na Escola.

15. Dentro das ações que você realiza quais as que lhe dão mais prazer?

Cite as ações que você considera mais importantes enquanto Orientador (a) Educacional.

16. Quais seriam suas sugestões para aprimorar o trabalho do Orientador (a) Educacional.
17. Faça uma apreciação do Projeto Político Pedagógico de sua escola.

APÊNDICE B

Grupo Focal

Dinâmica

Questões propostas para a discussão.

1. Conceção de Educação.
2. Conceção de Escola.
3. Relação com:
 - Com a Comunidade escolar.
 - Com os Pais.
 - Com os Alunos/as.
 - Com os Colegas.
4. Atribuições do Orientador(a) Educacional.
5. Ações realizadas.
6. Funções mais prazerosas.
7. Apreciação do Projeto Político Pedagógico de sua Escola.

Grupo Focal para discussão e Aprofundamento de Questionário da Pesquisa “O ORIENTADOR EDUCACIONAL NA POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO- UM ESTUDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PELOTAS/RS.”



Data. 28/04/2009, 14h.
Local. Sede do Núcleo CPERS/Pelotas

Encontro de Orientadoras Educacionais da Rede Municipal de Pelotas



APÊNDICE C

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Pesquisa: O ORIENTADOR EDUCACIONAL NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – UM ESTUDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PELOTAS – RS

Pesquisadora: O.E Margarete Hirdes Antunes- Mestranda em Política Social – UCPEL.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO NA PESQUISA

Eu, _____, RG nº _____, abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo acima descrito, como sujeito. Declaro ter sido devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas e recebi telefones para entrar em contato, caso tenha dúvidas. Foi-me garantido que não sou obrigado a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade.

PELOTAS, ____ de _____ de 2009.

Assinatura do sujeito.

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Nome: _____ **Assinatura:** _____

APÊNDICE D

ASSOCIAÇÃO DOS ORIENTADORES DO RIO GRANDE DO SUL-AOERGS

NÚCLEO DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DE PELOTAS- NOEPEL

CONVITE

A Diretoria Colegiada do NOEPEL tem a satisfação de convidar as (os) colegas **Orientadoras (Orientadores) Educacionais** para o **1º Encontro de Formação de 2009**.

Data: 08/04/09

Hora: 14 horas

Local: Instituto Estadual de Educação Assis Brasil-Rua Antonio dos Anjos, 296

Tema do Encontro: Projeto de Pesquisa: *AS CONTRIBUIÇÕES DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PELOTAS/RS PARA A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO.*

Apresentadora do Projeto: O.E Margarete Hirdes Antunes- Mestranda em Política Social – UCPEL.

Contamos com tua presença, pois ela fortalece o grupo.

Pelotas, 30 de março de 2009.


Diretoria Colegiada do NOEPEL

ANEXOS